



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE AERONAVES - SMAN/CAOP/CGAP/DIREX/PF

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08200.001946/2024-24

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa certificada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), conforme previsto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) 145, para a prestação de serviços de manutenção aeronáutico, tendo por objetivo manter as seguintes aeronaves a seguir listadas, pertencentes à frota da Coordenação de Aviação Operacional da Diretoria Executiva da Polícia Federal (CAOP/CGAP/DIREX/PF), em plenas condições de aeronavegabilidade, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, bem como em seus anexos, por meio da realização de atividades divididas em itens e seus respectivos subitens, quando houver.:

- a) Prefixo PR-HFA, AS-350B2, Ano de fabricação 2002; Horas totais voadas: TSN de célula 8.857 até 02/10/2024;
- b) Prefixo PR-LEE, AS-350B2, Ano de fabricação 2013; Horas totais voadas: TSN de célula 1263 até 02/10/2024;
- c) Prefixo PT-HZH, AS-350B2; Ano de fabricação 1995; Horas totais voadas: TSN de célula 4.683 até 02/10/2024
- d) Prefixo PR-HFD, AS-355N; Ano de fabricação 2002; Horas totais voadas: TSN de célula 4.383 até 02/10/2024

Tabela 01 - Especificações do objeto:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	Quantitativo	Valor ANUAL (R\$) PR-HFA	Valor ANUAL (R\$) PR-LEE	Valor ANUAL (R\$) PT-HZH	Valor ANUAL (R\$) PR-HFD	Valor Total anual
	1	APOIO TÉCNICO OPERACIONAL: É o valor a ser pago à Contratada mensalmente pela prestação de serviços de Manutenção Aeronáutica, compreendidos em: manutenção de campo e serviços programados de manutenção, conforme descrito no Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, conforme descrito no Termo de referencia e na Cláusula Primeira do Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, anexo II do termo de referência	12 meses	R\$ 840.000,00	R\$ 840.000,00	R\$ 840.000,00	R\$ 985.920,00	R\$ 3.505.920,00

	<p>2</p> <p>CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO: É o serviço de acompanhamento dos componentes controlados, do controle do cumprimento das Diretivas Técnicas, das demais exigências pertinentes à legislação vigente, da atualização mensal de todas as cadernetas das aeronaves e controle/atualização das publicações técnicas, inclusive o diário de bordo na parte relativa à discrepâncias, horas de célula, motor, ciclos e inspeções, conforme descrito no Termo de referência e na Cláusula Segunda do Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, anexo II do termo de referência</p>	12 meses	R\$ 53.040,00	R\$ 53.040,00	R\$ 53.040,00	R\$ 53.040,00	R\$ 212.160,00
	<p>SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E MANUTENÇÕES NÃO PROGRAMADAS: É o valor a ser pago por serviços de manutenção aeronáutica a serem prestados de forma eventual diretamente pela Contratada, conforme descrito no Termo de referência e</p>						

1	3	<p>na Cláusula Terceira do Caderno de Encargos e Especificações Técnicas, anexo II do termo de referência.</p> <p><i>OBS: A aeronave Prefixo PR-HFC, AS-355N; Ano de fabricação 2002; Horas totais voadas: TSN de célula 4.248 até 02/10/2024 estará inclusa neste item, tendo em vista a possibilidade de realização de serviços eventuais de manutenção.</i></p>	800	R\$ 410,00	R\$ 328.000,00
		<p>SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPONENTES: trata-se do valor a ser pago por serviços de manutenção aeronáutica a serem SUBCONTRATADOS. A estimativa aqui</p>			

4	<p>lançada será apenas para fins de previsão orçamentária, não devendo haver lance nesse item.</p> <p><i>OBS: A aeronave Prefixo PR-HFC, AS-355N; Ano de fabricação 2002; Horas totais voadas: TSN de célula 4.248 até 02/10/2024 estará inclusa neste item, tendo em vista a possibilidade de realização de serviços eventuais de manutenção.</i></p>	12 meses	R\$ 800.000,00
5	<p>RESSARCIMENTO PELAS DESPESAS COM TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DO MECÂNICO: trata-se o valor a ser pago em razão de serviços de MANUTENÇÃO DE CAMPO fora da base Brasília. A estimativa aqui lançada será apenas para fins de previsão orçamentária, não devendo haver lance nesse item.</p>	12 meses	R\$ 135.000,00
	<p>MATERIAL - COMPONENTES DE FORNECIMENTO EVENTUAIS E/OU DESCARTÁVEIS. Trata-se do valor a ser</p>		

	6	<p>pago na aquisição de FLUIDOS e COMPOSTOS QUÍMICOS DIVERSOS tanto em sua operação quanto em procedimentos de manutenção, bem como o custeio de materiais utilizados durante o processo de manutenção - não fornecido dentro do item Apoio Técnico Operacional. A estimativa aqui lançada será apenas para fins de previsão orçamentária, não devendo haver lance nesse item.</p>	15.000 unidades	15.000,00	
VALOR ESTIMADO TOTAL					R\$ 4.996.080,00

OBS1: OS ITENS 4, 5 E 6 NÃO SERÃO OBJETO DE LANCES, CONFORME JUSTIFICATIVAS ELENCADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

OBS2: A aeronave Prefixo PR-HFC, AS-355N; Ano de fabricação 2002; Horas totais voadas: TSN de célula 4.248 até 02/10/2024 estará inclusa apenas nos itens 03 e 04, tendo em vista a possibilidade de realização de serviços eventuais de manutenção, exemplo: retirada/transporte de peças e componentes.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar 39352825 de natureza continuada, visam a contratação de uma empresa certificada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), conforme o Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) 145, para a prestação de suporte integrado de manutenção. O escopo dos serviços inclui manutenções, apoio técnico operacional, controle técnico de manutenção, reparo de componentes, fornecimento de materiais consumíveis, subcontratações e reembolso de despesas com passagens e hospedagem de mecânicos em deslocamento. O objetivo principal é assegurar que as aeronaves de Asa Rotativa (Helicópteros) AS 350B2, prefixos PR-HFA, PR-LEE, PT-HZH, e AS 355N, prefixo PR-HFD, pertencentes à frota da Coordenação de Aviação Operacional da Coordenação Geral de Apoio Operacional da Diretoria Executiva da Polícia Federal (CAOP/CGAP/DIREX/PF), permaneçam em plena condição de aeronavegabilidade, conforme a necessidade identificada no Plano Diretor de Tecnologia da Informação PF 2019-2022: “Contrato de manutenção de Aeronaves”.

1.3. Trata-se contrato administrativo relativo a atividade de custeio, com valor inferior a R\$ 10.000,000 (Dez Milhões de Reais), nos termos do Art3º § 2º do Decreto 10.193, de 2019.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 5 anos contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que existe a necessidade de manutenções preventivas e corretivas conforme manuais de manutenção das aeronaves e Regulamento Brasileiro de Aviação Civil, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar 39352825

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Informações relevantes da tabela 01 - Especificações do objeto:

1.6.1. Serão objeto de lance os Itens: 1, 2 e 3.

1.6.2. Os Itens 4, 5 e 6 não serão objeto de lance direto, devendo permanecer o valor de R\$ 800.000,00; R\$135.000,00 e R\$ 15.000,00 respectivamente;

1.6.2.1. Na apresentação do orçamento para o pregão a licitante deverá informar o valor total anual para os itens de 1 a 6, conforme cláusulas acima, mantendo o valor do Item 4 (SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPONENTES), Item 5 (RESSARCIMENTO PELAS DESPESAS COM TRANSPORTE E HOSPEDAGEM DO MECÂNICO) e o Item 6 (MATERIAL - COMPONENTES DE FORNECIMENTO EVENTUAIS E/ OU DESCARTÁVEIS);

1.6.2.2. Apresentam-se as aeronaves em lote único frente a similaridade destas (compatíveis e intercambiáveis em itens de célula, rotor principal e instrumentação) e frente a variedade de empresas homologadas à manutenção de ambos modelos destas aeronaves, AS350B2 e AS355N, conforme estudo técnico preliminar. SEI 39352825

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação se encontra no item 02 do Estudo Técnico Preliminar SEI 39352825 e seus quantitativos encontram-se pormenorizada no item 7 do Estudo Técnico Preliminar (SEI 39352825) no qual se baseia o presente Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no item 10/2024 do PGC (Plano Geral de Compras) 2024, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada no item 6 do Estudo Técnico Preliminar SEI 39352825, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2. No que couber, visando atender ao disposto na legislação aplicável, os fabricantes e fornecedores deverão priorizar, para o fornecimento do objeto, a utilização de bens que sejam no todo ou em parte compostos por materiais recicláveis, atóxicos e biodegradáveis

4.3. Nenhum dos equipamentos fornecidos poderá conter substâncias perigosas como Mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil, polibromados (PBDEs) em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances). A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências citadas;

4.4. As empresas ainda deverão observar o disposto IN SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, especialmente:

I - Use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II - Adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III - Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV - Forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - Realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e

cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII - Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII - Preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

4.5. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do Contrato será comunicado pela Polícia Federal ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

4.6. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

4.7. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação, a qual consiste em:

a) MANUTENÇÕES PROGRAMADAS, exceto revisão gerais de componentes;

b) APOIO TÉCNICO OPERACIONAL; (Item 01)

c) CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO; (item 02) e

d) SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO (conforme TR*);

*Será permitida subcontratação de terceiros para prestação de serviços especializados que a CONTRATADA não possa executar, por lhe faltar específica homologação da ANAC, tais como revisão geral de motor e componentes, até o limite de disponibilidade financeira e pintura geral de aeronave conforme item 5.6.6 (a).

4.8. No item 6, todo o seu objeto poderá ser subcontratado em decorrência da exigência da ANP (Agência Nacional de Petróleo) que restringe a comercialização de óleos e lubrificantes a fornecedores específicos. Essa restrição não está alinhada com as autorizações das empresas prestadoras de serviços aeronáuticos, o que possibilita o fluxo eficiente dos procedimentos de manutenção;

4.9. Com o objetivo de garantir o reparo das aeronaves mencionadas neste Termo de Referência, que possam estar inoperantes para o voo ou impossibilitadas de serem trasladadas para a sede ou outro local especificado pela CONTRATANTE, a CONTRATADA está autorizada a subcontratar serviços de transporte especializado, desde que cumpridos os procedimentos estabelecidos nesta cláusula.

4.10. A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE,

4.11. À CONTRATADA incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto subcontratado.

4.12. Os serviços subcontratados deverão ser prestados por empresa homologada pela autoridade aeronáutica para os serviços, de forma a garantir sua qualidade.

4.13. A CONTRATADA deverá apresentar pelo menos 03 (três) orçamentos de fornecedores distintos para que a CONTRATANTE possa avaliar a economicidade da subcontratação.

4.14. Cabe à CONTRATADA zelar pelo cumprimento do prazo estabelecido no orçamento aprovado pela CONTRATANTE e realizar o pagamento em até 05 (cinco) dias úteis a conclusão do serviço realizado pela SUBCONTRATADA.

4.15. A CONTRATANTE efetuará pagamento da nota fiscal de serviço à CONTRATADA somente após a efetiva entrega do objeto subcontratado, materializada com a apresentação dos comprovantes de entrega devidamente assinados.

4.16. A CONTRATANTE recusará orçamentos em que forem verificados valores incompatíveis com os praticados pelo mercado.

4.17. É vedado à CONTRADADA executar quaisquer serviços subcontratados sem aprovação prévia dos orçamentos, conforme rito estabelecido neste termo de referência.

4.18. Poderá ser dispensada a apresentação de mais de um orçamento quando este vier acompanhado de atestado de exclusividade ou documento análogo que comprove tal requisito, ou em caso de urgência devidamente justificada ou mediante não resposta de outras empresas na apresentação dos orçamentos prévios.

4.19. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações

contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.20. A CONTRATADA poderá solicitar informações diretamente a SUBCONTRATADA acerca dos orçamentos apresentados a qualquer tempo.

4.21. Os custos referentes, ao transporte, armazenagem, despachos aduaneiros e seguro de materiais aeronáuticos que a CONTRATADA terá de suportar para realizar o serviço por meio de subcontratação serão repassados à CONTRATANTE e constarão da fatura dos serviços, que também deverá trazer anexo com os comprovantes das referidas despesas.

4.22. Para faturamento dos serviços subcontratados, caso estes sejam realizados por empresa estrangeira, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente ao dia anterior à data de emissão do orçamento pela CONTRATADA, conforme tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

4.23. A CONTRATADA repassará à CONTRATANTE quaisquer garantias remanescentes dos serviços subcontratados e materiais aplicados nestes serviços.

4.24. São obrigações adicionais da contratada, em razão da subcontratação:

4.24.1. Substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

Garantia da contratação

4.25. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os [arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.26. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.27. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.28. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 10:00 horas às 15:00 horas, com prévio agendamento pelo telefone 61 2024 - 9567 ou 9556.

4.29. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.30. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria

4.30.1. O endereço para a vistoria das aeronaves é:

Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal - CAOP
Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek
Setor de Hangares, Aviação Geral, Hangares 13/14
CEP 71608-030 - Lago Sul – Brasília – DF

4.31. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.32. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O início da execução do objeto se dará mediante assinatura do contrato.

5.1.2. Toda e qualquer intervenção de manutenção decorrente da execução do contrato deverá ser comunicado à contratante, que poderá ser feita através de e-mail, entre CONTRATANTE e CONTRATADA, seguindo os trâmites administrativos discriminados neste Termo de Referência.

5.1.3. Qualquer troca de peças entre aeronaves da CONTRATANTE só poderá ser realizada após autorização escrita da CONTRATANTE e deverá necessariamente ser adequadamente registrada.

5.1.4. A CONTRATANTE poderá acompanhar, diretamente ou por intermédio do fiscal de contrato (titular e/ou substituto) ou de um técnico formalmente designado, qualquer intervenção decorrente da execução do Contrato de Manutenção das Aeronaves.

5.1.5. A CONTRATADA deverá zelar pela integridade das aeronaves, bem como pela presença de seus acessórios, durante a execução da manutenção sob pena de ser responsabilizada por quaisquer danos ou perdas que a mesma sofrer.

5.2. SERVIÇOS ORDINÁRIOS DE MANUTENÇÃO -

5.2.1. MANUTENÇÕES PROGRAMADAS (todas cobertas pelo item 1. APOIO TÉCNICO OPERACIONAL):

5.2.1.1. São os serviços relacionados no plano de manutenção das aeronaves. São as manutenções realizadas em intervalos definidos segundo recomendações do FABRICANTE, através de inspeção sistemática, detecção e substituição ou reparo de componentes, ajuste, calibração, e quaisquer tarefas recomendadas pelo manual de manutenção, como por exemplo:

a) Inspeções Horárias de Célula e Motor: São todas as inspeções calculadas com base no número de horas de voo, constantes nos Manuais de Manutenção de Célula das Aeronaves e de seus motores;

b) Inspeções Calendárias de Célula e Motor: São todas as inspeções calculadas com base em intervalos cronológicos entre si, constantes nos manuais de manutenção de célula das aeronaves e de seus motores;

c) Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA): É a Inspeção anual obrigatória do RBHA 91;

d) Remoção e Instalação de Componentes de Vida Útil Controlada: É o serviço necessário para se efetuar as revisões obrigatórias nos componentes das aeronaves;

e) Atualização das licenças, softwares, provedores de serviços operacionais e banco de dados.

5.2.1.2. A CONTRATADA deverá ser capaz de executar os serviços de manutenção das aeronaves previstos no Manual de Manutenção não havendo possibilidade de subcontratação, exceto para serviços pertinentes constantes nesse Termo de Referência.

5.2.1.3. As MANUTENÇÕES PROGRAMADAS deverão ser realizadas em centro de serviços da empresa, podendo, em caráter excepcional, e desde que autorizado pelas autoridades competentes, ser realizadas em outro local.

5.2.1.4. Durante o período em que as AERONAVES permanecerem em manutenção sob a responsabilidade da CONTRATADA, esta deverá proporcionar-lhe hangaragem adequada durante todo o período de manutenção, responsabilizando-se por quaisquer danos ou perdas ocorridas durante este período que tenham sido causados por sua responsabilidade.

5.2.1.5. As datas de paradas da AERONAVES em CENTRO DE SERVIÇOS para execução das MANUTENÇÕES PROGRAMADAS deverão ser acordadas entre CONTRATADA e CONTRATANTE sempre respeitando as DATAS LIMITE estabelecidas pela CONTRATADA.

5.2.1.6. Os WORKSCOPES para tais paradas serão determinados pela CONTRATADA com base no Controle Técnico de Manutenção (CTM) da CONTRATADA, com antecedência suficiente para o necessário planejamento de ambas as partes contratantes.

5.2.1.7. É de responsabilidade da CONTRATADA o gerenciamento dos serviços que serão objeto das inspeções programadas com o intuito de coordenar o tempo previsto, de forma que as especialidades de cada Sistema possam encontrar as discrepâncias em tempo oportuno para que as aeronaves retornem às operações dentro do tempo acordado entre as partes e previsto no Manual das Aeronaves.

5.2.1.8. Qualquer atraso na entrega das aeronaves, durante uma inspeção programada, por culpa da CONTRATADA acarretará as sanções previstas neste Termo de Referência.

5.2.1.9. A CONTRATANTE deverá ser responsável pela realização do traslado das aeronaves do estabelecimento da CONTRATANTE até o CENTRO DE SERVIÇOS da CONTRATADA, até a data limite, bem como por seu retorno para o estabelecimento da CONTRATANTE ou para outra localidade

logo após a execução dos serviços.

- a) Todos os procedimentos e despesas relativas ao traslado da AERONAVES são de responsabilidade da CONTRATANTE, exceto o custo relativo ao combustível necessário ao traslado quando esta for realizar Inspeções Programadas.
- b) O custo relativo ao combustível necessário ao traslado da aeronaves para o CENTRO DE SERVIÇOS da CONTRATADA, será descontado da fatura referente ao mês da execução do serviço.
- c) Será estimado tomando por base a distância, em linha reta, entre a sede da CONTRATANTE e a localidade do CENTRO DE SERVIÇOS, a velocidade média e consumo médio de cruzeiro da aeronaves a ser mantida e o preço do combustível para abastecimento da aeronaves da CONTRATANTE em Brasília/DF.
- d) A CONTRATANTE informará os dados dessa cláusula à CONTRATADA, antes do início da execução de qualquer serviço no CENTRO DE SERVIÇOS da CONTRATADA.

5.2.1.10. Se, por falha de procedimento da CONTRATADA ocorrer o vencimento de qualquer inspeção que somente possa ser realizada num CENTRO DE SERVIÇOS, a CONTRATADA deverá assessorar a CONTRATANTE para obter uma autorização especial de traslado junto à ANAC, bem como realizar tarefas eventualmente necessárias para que o referido traslado seja realizado em segurança.

5.2.1.11. A CONTRATADA efetuará retoques na pintura e reparos de interiores, que tenham sido ocasionados em virtude de suas atividades ou de seus prepostos na execução dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, visando especialmente proteger áreas das AERONAVES contra a corrosão.

5.2.1.12. Qualquer reparo de pintura e reparo nos interiores que tenham sido ocasionados pela intervenção manutentiva deverão ser suportados pela CONTRATADA não sendo possível o repasse desses custos para a CONTRATANTE.

5.2.1.13. Nos casos de revisões gerais de equipamentos e motores, a CONTRATADA poderá subcontratá-los, conforme estabelecido neste Termo de Referência.

5.2.1.14. A CONTRATADA será responsável pela atestação do Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA).

5.2.1.15. Caberá a CONTRATADA arcar com os valores referentes as taxas e emolumentos incidentes na manutenção da AERONAVES junto à Agência Reguladora (ANAC), exceto multas decorrentes da operação.

5.2.1.16. Inclui-se nesse Item:

- a) materiais consumíveis e descartáveis para realização das tarefas no escopo do Apoio Técnico Operacional; por exemplo: graxas para lubrificação, estopas, arame de freio, produtos de limpeza etc.
- b) São de responsabilidade da CONTRATADA a contratação de Publicações Técnicas dos Manuais Operacionais, imprescindíveis à segurança de voo, de acordo com o RBAC 90;
- c) São de responsabilidade da CONTRATADA a contratação de Publicações Técnicas dos Manuais de Manutenção de acordo com RBAC 145 (Organização de Manutenção);
- d) A Contratada deverá prover as atualizações de publicações técnicas (operacionais e não-operacionais) que suportam as operações das Aeronaves. Os manuais deverão ser periodicamente atualizados, com dados, correções e melhorias identificados por relatos de operadores da frota;
- e) Manuais operacionais (pilotos) deverão ser ofertados no modo online, e deverão ser disponibilizados por matrícula de aeronave;

5.3. APOIO TÉCNICO OPERACIONAL (ATO)

5.3.1. São os serviços de manutenção preventiva e corretiva, programados ou não programados, que podem ser prestados pela equipe de técnicos da CONTRATADA e poderão ser realizados fora do CENTRO DE SERVIÇOS.

5.3.2. Todas as intervenções de manutenção realizadas fora do CENTRO DE SERVIÇOS no curso de missões incluem-se no apoio técnico operacional (ATO), não podendo ser cobrado como serviço eventual.

5.3.3. Visa corrigir situações que torne as Aeronaves indisponível para o voo, dentro dos limites de segurança para SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE LINHA.

5.3.4. O ATO será realizado por 1 (um) técnicos de manutenção da CONTRATADA, por aeronave,

com experiência de pelo menos 02(dois) anos no modelo da aeronave atendida, em regime de plantão permanente, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, podendo ser necessária a presença de outros técnicos da CONTRATADA, pela natureza do serviço ou devido à limitação de jornada de trabalho.

5.3.5. Quando as AERONAVES estiverem na base do CAOP em Brasília, a Empresa CONTRATADA deverá disponibilizar, mediante acionamento e em regime de plantão permanente, sem dedicação exclusiva de mão-de-obra, pelo menos 01 (um) técnico para efetuar as atividades de manutenção de linha, auxílio durante a partida, pré, inter e pós-voo, a qualquer horário solicitado pela CAOP.

5.3.6. Uma vez acionada a CONTRATADA, o técnico deverá dirigir-se imediatamente ao ESTABELECIMENTO DA CONTRATANTE, ficando por conta da CONTRATADA todas as despesas de deslocamento do(s) técnico(s) até o ESTABELECIMENTO DA CONTRATANTE e seu retorno.

5.3.7. O REPRESENTANTE DA CONTRATADA designado para o ATO deverá permanecer devidamente identificado (através de crachá) e trajado, com uniforme fornecido pela CONTRATADA bem como utilizando Equipamento de Proteção Individual (EPI).

5.3.8. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE todos os meios para acionamento do plantão, incluindo, mas não se limitando a, telefone celular, telefone fixo e endereço do plantonista responsável.

5.3.9. Durante sua escala de plantão, o plantonista do ATO deverá permanecer no Distrito Federal.

5.3.10. Exceto nos casos de atendimento para voos com hora agendada com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, quando o REPRESENTANTE DA CONTRATADA deverá obrigatoriamente estar no ESTABELECIMENTO DA CONTRATANTE no horário combinado, com a antecedência necessária para inspecionar as AERONAVES antes do voo, o tempo de resposta mediante acionamento deverá ser de, no máximo, 02h00min, respeitadas as limitações dos meios de transporte e locomoção.

5.3.11. Nos casos de necessidade de atendimento fora da base de Brasília/DF, em situação de AOG (Aircraft on Ground) ou necessidade de intervenção de manutenção corretiva necessárias para restabelecer as condições de AERONAVEGABILIDADE das AERONAVES, e que possam ser solucionadas pelo ATO, o valor referente à mão-de-obra estará incluso nessa cláusula.

a) Quando houver necessidade, seja pela natureza do serviço ou por força de regulamentação aeronáutica, a CONTRATADA deverá apresentar, no ESTABELECIMENTO DA CONTRATANTE, ou no local em que as aeronaves se encontram em situação de AOG, mediante acionamento por escrito pela CONTRATANTE, técnicos habilitados para executarem o serviço.

5.3.12. A CONTRATADA deverá zelar pela integridade da aeronaves durante a execução da manutenção sob pena de ser responsabilizada por quaisquer danos ou perdas que as mesmas vierem a sofrer.

5.3.13. Os técnicos necessários, em regime de plantão permanente, executarão todas as atividades inerentes a manutenção de campo, que compreendem, mas não se limitam, aos seguintes serviços:

- a) limpeza interna e externa das aeronaves quando necessário (ex: limpeza de acessos por excesso de fluido, parte "espelhada" de atuadores, excesso de engraxamento etc);
- b) assistência técnica nos acionamentos do(s) motor(es);
- c) acionamento(s) do(s) motor(es) em caso de manutenção/preservação quando for necessário;
- d) assistência técnica nas saídas e chegadas dos voos;
- e) cumprimento das manutenções de nível pista;
- f) correção das discrepâncias encontradas (manutenções corretivas), conforme cláusulas desse Termo de Referência (TR);
- g) download e upload dos dados do sistema de manutenção preditiva instalado nas aeronaves após o último voo do dia;
- h) atualização de banco de dados dos softwares instalados nas aeronaves;
- i) auxiliar, quando solicitado, o abastecimento de combustível da aeronave
- j) cumprimento de manutenções preventivas conforme cláusulas desse TR;
- k) inspeções programadas que puderem ser executadas fora do centro de manutenção da Contratada.
- l) Limpeza e manutenção do sand filter
- m) Lavagem de compressor, conforme manual de manutenção

5.4. CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO (CTM) - ITEM 02

5.4.1. Controle Técnico de Manutenção (CTM) é o serviço de:

- a) acompanhamento e controle do uso e limite de vida dos materiais aeronáuticos controlados;
- b) controle/atualização das publicações técnicas, do cumprimento das Diretivas Técnicas, Diretrizes de Aeronavegabilidade (DA) e (AD);
- c) acompanhamento técnico e informações de (*LLP – life limited part*) - tempo limite de vida de peças ou componente
- d) atualização mensal, **conforme regulamentação própria**, de todas as cadernetas das AERONAVES, inclusive o diário de bordo na parte relativa às discrepâncias, horas de célula, motor(es), ciclos e inspeções;
- e) controle, atualização e revisão das publicações e biblioteca técnica das AERONAVES;
- f) controle das atividades de MANUTENÇÃO PROGRAMADA, SERVIÇOS EVENTUAIS e MANUTENÇÃO NÃO PROGRAMADA referente às AERONAVES; e
- g) demais exigências pertinentes à legislação aeronáutica vigente relativas ao Controle Técnico de Manutenção.

5.4.2. O CTM deverá:

- a) analisar e controlar as diretrizes de aeronavegabilidade e boletins mandatórios relacionados às aeronaves e respectivos componentes, incluindo seus motores. Como resultado desta análise, deverá propor por escrito e, caso aceito pela CONTRATANTE, planejar período para incorporação das diretrizes a serem realizadas, preferencialmente junto às inspeções programadas;
- b) fornecer à CONTRATADA, logo após a celebração do contrato, todos os dados relativos à Diagonal de Manutenção, cumprimento de AD e SB, quantidade acumulada de FH, FC, AH, AC, relação dos componentes instalados (com ou sem limites de vida útil ou TBO), além de outros julgados necessários;
- c) apresentar num prazo de 15 dias após a assinatura do contrato o plano de manutenção em arquivo com extensão “pdf” e uma planilha em arquivo Excel com o tarefário do plano de manutenção;
- d) controlar todas as tarefas de manutenção previstas no plano de manutenção citados na letra anterior;
- e) atualizar os planos de manutenção das aeronaves toda vez que houver revisão dos manuais de manutenção do fabricante, e enviar as versões atualizadas à CONTRATANTE;
- f) ser responsável, nos casos em que for de interesse da CONTRATANTE, por gerenciar extensão de vencimento de tarefas do plano de manutenção, conforma diretivas ou publicações técnicas .
- g) realizar consulta à fabricante das aeronaves, cujo resultado, se positivo, será submetido à aprovação da CONTRATANTE. Ressalta-se que, não obstante haver a aprovação supracitada, a responsabilidade técnica relativa à extensão de vencimentos é integralmente da CONTRATADA. Em casos de extrema necessidade, a CONTRATADA poderá solicitar à CONTRATANTE, a extensão de vencimento de cheque de manutenção ou extensão de vencimento de motor ou componente, conforma diretivas ou publicações técnicas.
- h) ser responsável pela emissão do Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA);
- i) fornecer, a qualquer momento, quaisquer dados, documentação, das aeronaves e seus componentes para elaboração do Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade quando requerido pela CONTRATANTE no prazo máximo de 05 dias úteis;
- j) fornecer, a qualquer momento, quaisquer dados, documentação, das aeronaves e seus componentes quando requerido pela CONTRATANTE no prazo máximo de 05 dias úteis;
- k) manter atualizada diariamente e fornecer, a qualquer momento, a atualização da disponibilidade de horas/calendário das aeronaves para as próximas inspeções.
- l) realizará a criação do Banco de Dados de AD, DA e boletins e o disponibilizará para a CONTRATANTE, mensalmente;

m) ser responsável por alimentar o SISTEMA DE GESTÃO AERONÁUTICA da CONTRATANTE com todos os dados do CTM das AERONAVES, ou aqueles que forem de maior relevância para a manutenção de informações no sistema acordados no momento da reunião inicial de contratação;

n) Enviar ao SMAN/CAOP extratos das inspeções a serem realizadas na aeronave e seus motores e dos vencimentos dos componentes com vida útil limitada e de Diretivas Técnicas mandatórias com, no mínimo, **30 (trinta) dias ou 100 (cem) horas** de antecedência, o que ocorrer primeiro, à realização do serviço adequado para o seu cumprimento, bem como deverá ser informado através de carta planejamento com relação de peças e materiais sistemáticos necessárias para as inspeções ou troca de componentes;

o) ser responsável pela atualização periódica dos registros de manutenção da caderneta das AERONAVES, dos motores e do diário de bordo, em sistema de gestão próprio da CONTRATADA;

p) responsabilizar-se pelo controle de vencimento dos bancos de dados do sistema de navegação e pelas atualizações (ex: GPS aeronautico, cartas de navegação), demais softwares (programas) que estiverem disponíveis ou instalados nas aeronaves, das licenças e/ou certificados necessários para a correta operação da aeronave;

q) ser responsável pela atestação do Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA), Relatório de Condição de Aeronavegabilidade (RCA) e Licença Estação (L.E) das aeronaves junto a ANAC e ANATEL arcando com todas as taxas aeronáuticas de tais documentos para manter a condição aeronavegável da mesma, fornecendo à CONTRATANTE os referidos comprovantes de requerimento de revalidação protocolados na ANAC e ANATEL;

r) O CTM deverá ser ajustado para o emprego das aeronaves em um perfil de utilização de pelo menos 500 horas de voo da aeronave a cada 12 meses;

s) emitir mensalmente mapa de componentes, inspeções, mapa de diretrizes de aeronavegabilidade e boletins de serviço para que haja o devido acompanhamento por parte da fiscalização.

5.4.3. A CONTRATADA arcará com o pagamento de multas ou quaisquer ônus provenientes da comprovada inobservância de algum dos itens referentes ao serviço de CTM, bem como terá responsabilidade por qualquer falha comprovada na realização dos serviços, apurados mediante regular processo administrativo, observados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.4. Com base nas informações do Controle Técnico de Manutenção, bem como as informações previstas neste TERMO DE REFERÊNCIA, a CONTRATADA enviará à CONTRATANTE os WORKSCOPES da MANUTENÇÃO PROGRAMADA a ser realizada nas AERONAVES e seus motores, assim como suas respectivas DATAS LIMITE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

5.4.5. A partir da data de início até a data de término da vigência do CONTRATO, sempre que os FABRICANTES ou AUTORIDADES AERONÁUTICAS emitirem DIRETRIZES DE AERONAVEGABILIDADE e BOLETINS DE SERVIÇOS aplicáveis às AERONAVES ou seus motores, a CONTRATADA enviará à CONTRATANTE um sumário explicativo daquelas diretivas e boletins com informações gerais sobre seus cumprimentos.

5.4.6. As publicações de caráter operacional das AERONAVES serão fornecidas pela CONTRATADA, ficando a organização física e manuseio sob a responsabilidade da CONTRATANTE.

5.5. SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO (SEM) E MANUTENÇÕES NÃO PROGRAMADAS (item 03)

5.5.1. As Manutenções Não Programadas são manutenções sem intervalos definidos e são realizadas para a correção de uma falha evidente, suspeita de mau funcionamento e/ou de um defeito na AERONAVE, em um de seus sistemas ou componentes, de acordo com as publicações técnicas ou quaisquer manuais de reparo emitidos pelo FABRICANTE das AERONAVES. Limitar-se-ão às atividades que a CONTRATADA está homologada a realizar de acordo com seu Certificado de Organização de Manutenção (“COM”).

5.5.2. São imprevisíveis quanto ao momento de sua necessidade e, devido às suas peculiaridades, estão descritos neste Termo de Referência em razão do seu caráter ocasional.

5.5.3. A CONTRATADA poderá, caso não esteja homologada para execução, subcontratar uma atividade de Serviço Eventual, de acordo com as condições descritas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

5.5.4. A CONTRATANTE deverá ser responsável por informar a CONTRATADA sobre a necessidade de execução de um SEM.

5.5.5. Se o problema for verificado pelos REPRESENTANTES DA CONTRATADA responsáveis pelo APOIO TÉCNICO EM CAMPO, a CONTRATANTE deverá ser notificada para que seja procedida a informação a CONTRATADA.

5.5.6. A CONTRATANTE efetuará o deslocamento das AERONAVES até um CENTRO DE SERVIÇOS da CONTRATADA sempre que houver discrepâncias que não comprometam a aeronavegabilidade, cuja complexidade requeiram ferramentas espaciais e/ou serviços técnicos de alta especialização. Em caráter de exceção, a CONTRATADA está autorizada a atender as AERONAVES em um Centro de Serviços diferente daquele declarado no Contrato, se responsabilizando por todas as adequações impostas pelas Autoridades Aeronáuticas.

5.5.7. Caso as discrepâncias encontradas nas AERONAVES a tornem não AERONAVEGÁVEL e não possam ser solucionadas pelo APOIO TÉCNICO OPERACIONAL, a CONTRATADA deverá assessorar a CAOP para obter junto à ANAC as autorizações de traslado necessárias, bem como trazer as AERONAVES à condição mínima de segurança que permita o traslado de forma segura.

5.5.8. Quando for necessário e/ou por motivo de regulamentação aeronáutica, a CONTRATADA deverá fornecer para a CONTRATANTE:

5.5.8.1. Um inspetor de manutenção e/ou engenheiro aeronáutico ou engenheiro mecânico com habilitação no CREA para o acompanhamento das inspeções/revisões; e

5.5.8.2. Um técnico habilitado na especialidade a que se pretende solucionar o problema pertinente às AERONAVES.

5.5.9. Serviços Eventuais de Manutenção são os serviços que não estão inclusos no escopo dos Serviços de ATO e poderão ser contratados POR HOMEM/HORA. Estes Serviços compreendem, mas não se limitam, aos seguintes serviços:

a) polimento de superfícies;

b) serviços de capotaria: são todos os serviços relacionados à manutenção e recuperação dos assentos e encostos dos bancos dos pilotos e passageiros;

c) serviços de reparos estruturais: são todos os serviços previstos no Manual de Reparos Estruturais do fabricante das aeronaves;

d) pintura, repintura e acabamentos, exceto os casos particulares previstos neste TR, causados por sua intervenção manutentiva;

e) serviços de reparo, recuperação, reforma, manutenção; e

f) itens de interiores como bancos, revestimentos de cabine, carpete, luzes de leitura;

5.5.10. A aeronave Prefixo PR-HFC, AS-355N; Ano de fabricação 2002; Horas totais voadas: TSN de célula 4.248 até 02/10/2024 estará inclusa apenas nos itens 03 e 04, tendo em vista a possibilidade de realização de serviços eventuais de manutenção, exemplo: retirada/transporte de peças e componentes.

5.6. SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPONENTES (item 04)

5.6.1. Todo serviço de subcontratação só poderá ser executado com autorização expressa da CONTRATANTE.

5.6.2. A CONTRATADA só poderá emitir nota fiscal para pagamento pela CONTRATANTE após realização do serviço e/ou entrega do componente à contratada.

5.6.3. Serão subcontratados quando a CONTRATADA não possa executar o serviço por lhe faltar específica certificação ou homologação da ANAC para manutenção de determinado componente aeronáutico das aeronaves.

5.6.4. Não haverá subcontratação no caso de renovações/atestações do Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA), Relatório de Condição de Aeronavegabilidade (RCA) e Licença Estação (L.E) das aeronaves junto a ANAC e ANATEL. A Contratada arcará com todas as taxas aeronáuticas de tais documentos para manter a condição aeronavegável da mesma, fornecendo à CONTRATANTE os referidos comprovantes de requerimento de revalidação protocolados na ANAC e ANATEL;

5.6.5. Nesta Rubrica constarão, também, os serviços extraordinários, cuja ocorrência não depende de desgaste natural devido a operação das aeronaves.

5.6.6. Esses Serviços compreendem, mas não se limitam, aos seguintes serviços:

a) serviços de manutenção de terceiro nível: são os serviços não cobertos pelo apoio operacional, que necessitam de inspeção detalhada do componente em bancada e/ou teste em banco de provas, como, por exemplo, a revisão geral de motor; serviços de pintura externa e interna: são todos os serviços relacionados à pintura geral de aeronave conforme esquema de pintura no padrão de cor e textura aprovado pelo CAOP; Caso a empresa CONTRATADA tenha qualificação técnica para realização do serviço de pintura geral, sua aprovação se dará mediante apresentação de orçamento estimado em valor menor dentre pelo menos três orçamentos de empresas concorrentes, podendo o faturamento ocorrer neste item. Caso contrário o serviço poderá ser subcontratado.

b) cumprimento de diretivas técnicas;

c) serviços de envio e coleta de componentes: são os serviços de frete para o envio e a coleta de componentes que necessitem passar por serviços eventuais de manutenção ou que possam ser aplicados na aeronave da contratante;

d) ACIDENTE ou INCIDENTE AERONÁUTICO, ou dano por objeto estranho (FOD) não causado pela CONTRATADA;

e) do mau uso das AERONAVES e suas partes e componentes, exceto quando praticado pela CONTRATADA;

f) da operação das AERONAVES fora das suas especificações operacionais estabelecidas pelo FABRICANTE e validadas pela AUTORIDADE AERONÁUTICA;

g) de serviços de manutenção efetuados por terceiros ou peças instaladas por terceiros, sem anuência expressa da CONTRATADA;

h) de catástrofes naturais;

i) do manuseio inadequado de peças de manutenção por terceiros não autorizados pela CONTRATADA;

j) envio de peças, acessórios e equipamentos necessários a SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO a serem realizados no exterior;

k) mão-de-obra para os serviços que estiverem fora do escopo do APOIO OPERACIONAL a serem realizados no exterior;

l) as DIRETRIZES DE AERONAVEGABILIDADE (D.A.) e A.D em vigor e as que forem publicadas após a divulgação do edital de licitação inclusive as D.A.s relativas ao conceito de “FLIGHT SECURITY” e as relativas ao conceito “FLIGHT SAFETY”;

m) implementação de Boletins de Serviço não-mandatários, aplicáveis à AERONAVES;

n) locação de componentes, para atendimentos em situações de emergência;

o) revisão geral, reparo e aluguel de motores e seus componentes bem como todos serviços para os motores que estiverem fora do escopo da manutenção de linha;

p) aquisição de licenças, softwares, provedores de serviços operacionais e banco de dados;

q) trend monitoring (EHM) dos motores; e

r) engenharia de desenvolvimento para busca de soluções de obsolescências/descontinuidade produtiva de itens da frota

s) confecção, edição e atualizações de MEL.

5.6.7. A aeronave Prefixo PR-HFC, AS-355N; Ano de fabricação 2002; Horas totais voadas: TSN de célula 4.248 até 02/10/2024 estará inclusa apenas nos itens 03 e 04, tendo em vista a possibilidade de realização de serviços eventuais de manutenção, exemplo: retirada/transporte de peças e componentes.

5.6.8. A CONTRATADA será responsável pela subcontratação, quando solicitado pela CONTRATANTE, das seguintes licenças, softwares, provedores de serviços operacionais e banco de dados para as aeronaves descritas no item 1.1:

a) Assinatura anual de *PROGRAMA DE MANUTENÇÃO E PLANO DE GARANTIA ESTENDIDA de equipamentos aeronauticos, a ser contratado quando solicitado pela CONTRATANTE, quando da avaliação da necessidade por critérios de vantajosidade, economicidade e disponibilidade das aeronaves.*

b) Assinatura anual de sistema de comunicação satelital ou internet satelital.

c) Assinatura anual de software que possibilite a efetiva utilização do Diário de Bordo

Eletrônico, conforme aprovações estabelecidas pela ANAC em resolução própria.

5.6.9. A CONTRATADA deverá fornecer todas as atualizações e revisões disponibilizadas pela provedora de serviços, durante o período de duração do contrato.

5.6.10. Caso haja no mercado cartas aeronáuticas compatíveis com os aviônicos das aeronaves e de capacidade equivalente, a CONTRATADA deverá submeter à CONTRATANTE para análise.

5.6.11. A CONTRATADA deverá atualizar sempre que for necessário as licenças, softwares, provedores de serviços operacionais e banco de dados para as aeronaves descritas no item 1.1, via e-mail ou por meio físico, via correios, observados as quantidades, qualidades e os prazos previstos neste Termo de Referência,

5.7. FORNECIMENTO DE MATERIAIS AERONÁUTICOS

5.7.1. Todo e qualquer material aeronáutico, será solicitado pela CONTRATADA, por meio das Cartas-Planejamento, serão fornecido pela CONTRATANTE por intermédio de contrato específico;

5.7.2. Os itens e componentes aeronáuticos poderão ser retirados no Suprimento da CAOP, localizado nas dependências do Hangar, por meio de solicitação formal e prévia através de e-mail;

5.7.3. O Fiscal deste contrato será o responsável pelo recebimento da Carta Planejamento, enviada pela Oficina da CONTRATADA, e encaminhamento ao respectivo Fiscal de compra de Peças;

5.7.4. No ato da entrega, os componentes aeronáuticos, de origem nacional ou estrangeira, deverão estar acompanhados das respectivas documentações comprobatórias de conformidade e rastreabilidade (formulário SEGVOO, FAA FORM, EASA FORM etc.).

5.7.5. A CONTRATANTE poderá, em qualquer época, requisitar os comprovantes de origem dos componentes aeronáuticos fornecidos pela CONTRATADA.

5.7.6. A CONTRATADA é responsável pelo material que compõe as embalagens dos materiais aeronáuticos por ela fornecidos, devendo notificar a CONTRATANTE sempre que forem empregadas substâncias que requerem procedimentos especiais de manuseio ou descarte.

5.7.7. O descumprimento de normas ambientais constatadas durante a execução do contrato será comunicado pela CONTRATANTE ao órgão de fiscalização do Município, do Estado ou da União.

5.7.8. Toda retirada de material em pane das aeronaves deverá ser comunicada à CONTRATANTE por escrito, detalhando o motivo da pane e numero da Ordem de serviço, Part number e serial number.

5.8. RESSARCIMENTO COM DESPESAS DE MECÂNICO EM VIAGEM

5.8.1. Serão ressarcidas as despesas decorrentes dos deslocamentos ordinários e extraordinários dos técnicos e/ou inspetores da CONTRATADA, sempre que estiverem executando os serviços descritos no APOIO TÉCNICO OPERACIONAL fora da Sede (Brasília/DF).

5.8.2. Nos casos de necessidade de atendimento fora da base de Brasília/DF ou da sede da CONTRATADA, pelo mecânico do APOIO TÉCNICO OPERACIONAL, o valor referente à mão-de-obra está incluso no CUSTO FIXO MENSAL pago pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATANTE ressarcir à CONTRATADA os valores referentes ao transporte aéreo e hospedagem do mecânico.

5.8.3. O ressarcimento das despesas de transporte aéreo e hospedagem de mecânico em viagem será pago de acordo com as demandas de missões fora da base, bem como com as solicitações realizadas pelo Fiscal de Serviço; através de e-mail.

5.9. Local e horário da prestação dos serviços

5.9.1. Os serviços de Apoio Técnico Operacional (ATO) serão prestados no seguinte endereço: Coordenação de Aviação Operacional da Polícia Federal - CAOP. Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek, Setor de Hangares, Aviação Geral, Hangares 13/14 CEP 71608-030 - Lago Sul – Brasília – DF; como base principal, bem como em todo o território nacional e países fronteiriços a depender da solicitação desta coordenação de aviação.

5.9.2. No entanto, a CONTRATADA poderá cumprir as inspeções mandatórias de até 150 (cento e cinquenta) horas e efetuar correções de discrepâncias do helicóptero tanto em Brasília/DF, como em qualquer outra parte do Território Nacional e, eventualmente, até em países da América do Sul, quando for solicitado pela CONTRATANTE e desde que previamente autorizado pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e pelas demais autoridades competentes no local em que o serviço tiver de ser executado.

5.9.3. A CONTRATANTE providenciará hangar ou local apropriado para as aeronaves que necessitar de manutenção fora da oficina da CONTRATADA e comunicará formalmente a esta o lugar onde ela realizará os serviços, apresentando a autorização do representante legal ou proprietário do local disponibilizado.

a) Exceto as inspeções programadas de maior complexidade (por exemplo 600, 600//12M, 144M),

as demais inspeções poderão ser realizadas no hangar da CONTRATANTE, ficando a cargo da CONTRATADA a responsabilidade pela alocação da mão de obra em quantidade suficiente e devidamente qualificada, disponibilização e adequação de ferramentas e equipamentos necessários para inspeção, bem como regularização documental da inspeção fora de sua base junto a autoridade competente.

5.9.4. Somente nas dependências da oficina da CONTRATADA poderão ser cumpridas as inspeções de 600 (seiscentas) horas e outras inspeções/ intervenções de manutenção de maior complexidade cuja execução não seja tecnicamente recomendável executar fora da sede da empresa de manutenção pelas suas peculiaridades.

5.9.4.1. As Manutenções Programadas serão executadas em CENTROS DE SERVIÇOS da CONTRATADA, de acordo com as determinações da Autoridade Aeronáutica conforme regulamentação, ressalvada a possibilidade de realização conforme o item 5.9.3 (a).

5.9.4.2. O CTM poderá ser executado nos Centros de Serviço devido o escopo de trabalho.

5.9.4.3. Os demais Serviços Eventuais e Extraordinários serão executados conforme o local da demanda, tendo em vista que a ação manutentiva nas Aeronaves pode ocorrer em qualquer parte do território nacional ou fora dele.

Materiais a serem disponibilizados pela contratada

5.10. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.10.1. Os seguintes materiais, equipamentos, de apoio de solo, acessórios e peças nacionais ou estrangeiros, que forem utilizados no escopo dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO serão fornecidos pela CONTRATADA e deverão ser originais ou recomendados pelo FABRICANTE, os quais serão disponibilizados de forma permanente na base do Cliente em Brasília:

- a) Caixa de ferramentas padrão
- b) Abastecedor de óleo;
- c) Amostra para teste de combustível;
- d) Computador portátil (caso necessário);
- e) Equipamento para limpeza de compressor;

5.10.2. A CONTRATADA será responsável pela procedência, qualidade, rastreabilidade e garantia do seu fornecimento.

5.10.3. Cabe à Contratada fazer a gestão de vencimento de calibração e eventuais reparos das ferramentas e equipamentos que estarão alocadas de forma permanente na base do Cliente.

5.10.4. O SMAN/CAOP possui equipamentos de apoio ao solo (E.A.S), como por exemplo: escadas de manutenção e fontes de força auxiliares de partida (GPU, APU etc), roda reboque. A CONTRATADA está autorizada a utilizar esses E.A.S. sem prejuízo de a qualquer momento ser obrigada a disponibilizar qualquer equipamento que venha a ser utilizado nas práticas manutentivas das aeronaves.

5.10.5. No ato da entrega, os componentes aeronáuticos, de origem nacional ou estrangeira, deverão estar acompanhados das respectivas documentações comprobatórias de conformidade e rastreabilidade (formulário SEGVOO, FAA FORM, EASA FORM etc.).

5.10.6. Os materiais aeronáuticos fornecidos pela CONTRATADA deverão ser entregues:

5.10.6.1. Na Coordenação de Aviação da Polícia Federal, localizada no Aeroporto Internacional de Brasília - Setor de Hangares da Aviação Geral – Hangar 13/14. CEP: 71608-900 - Brasília-DF;

5.10.6.2. No Centro de Serviço da CONTRATADA, quando as Aeronaves estiverem efetuando manutenções programadas que demandem a presença dos helicópteros; e

5.10.6.3. A CONTRATANTE poderá, em qualquer época, requisitar os comprovantes de origem das peças, materiais e equipamentos para arquivo de rastreamento.

5.10.7. No caso das assinaturas para o fornecimento de banco de dados, cartas aeronáuticas e outros necessários ao emprego e perfeita execução dos serviços das aeronaves, a CONTRATADA deverá disponibilizar as atualizações periódicas, via correios, e-mail ou por meio físico, observados as quantidades, qualidades e os prazos previstos neste Termo de Referência.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.11. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.11.1. **MODELO DE CONTRATAÇÃO POR PAGAMENTO FIXO MENSAL**

- a) APOIO TÉCNICO OPERACIONAL (ATO)
- b) O ATO prevê a cobrança de Custo Fixo Mensal;
- c) O valor a ser apresentado na proposta deverá considerar um valor fixo anual por aeronave a ser pago em 12 parcelas mensais;
- d) Mediante solicitação da empresa CONTRATADA, a CONTRATANTE poderá fornecer no seu hangar um *espaço* para uso pela empresa CONTRATADA, de forma a permitir o armazenamento de ferramentas, componentes, execução de pequenos reparos;
- e) O espaço deverá dispor também de cabeamento e provisões para ponto de telefone/fax e Internet para uso da empresa CONTRATADA, ficando por conta da empresa CONTRATADA a aquisição dos equipamentos necessários para uso e contratação e pagamento destes serviços para com as respectivas concessionárias;
- f) Os produtos aeronáuticos CONSUMÍVEIS, definidos no ANEXO I, estarão inclusos no APOIO TÉCNICO OPERACIONAL, não havendo cobrança à parte;
- g) A CONTRATADA deverá ser capaz de executar o Apoio Técnico Operacional não havendo a possibilidade de subcontratação.

5.11.2. **CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO (CTM)**

- a) O CTM prevê a cobrança de Custo Fixo Mensal por aeronave ;
- b) O valor a ser apresentado na proposta deverá considerar um valor fixo anual por aeronave a ser pago em 12 parcelas mensais;
- c) O REPRESENTANTE DA CONTRATADA designado para o APOIO TÉCNICO OPERACIONAL será responsável por coletar diariamente as informações de horas de célula, pousos , horas de motor, ciclos NG\NTL no diário de bordo das AERONAVES e enviá-las eletronicamente para a CONTRATADA para que os serviços de CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO possam ser prestados;
- d) Para a realização do serviço de Controle Técnico, a CONTRATANTE disponibilizará à empresa os seguintes dados:
 - 1. Horas de voo, pousos, e acionamentos dos motores; e
 - 2. Discrepâncias apresentadas devidamente registradas no Diário de Bordo das aeronaves.
- e) A CONTRATANTE deverá manter atualizados os diários de bordo com as informações de horas de célula, pousos, horas de motor, ciclos NG\NTL e panes apresentadas pelas AERONAVES. Tais informações devem ser atualizadas diariamente.
- f) O serviço de CTM será apresentado mensalmente pela CONTRATADA sob a forma de relatórios computadorizados de planilha eletrônica (mapa de componente), apresentados impressos, em arquivo magnético ou enviados à CONTRATANTE por meio de e-mails institucionais, contendo, no mínimo, os seguintes dados:
 - 1. Dados gerais atualizados sobre horas de voo, horas de uso dos motores, pousos e ciclos, além dos vencimentos das principais inspeções, peso e balanceamento, licença de estação e seguros.
 - 2. Histórico de todas as inspeções realizadas;
 - 3. Relação de inspeções a serem cumpridas;
 - 4. Controle de componentes com vida útil controlada/limitada (LLPs);
 - 5. Controle de aplicabilidade de diretrizes de aeronavegabilidade (DA) e AD EASA e AD FAA;
 - 6. Controle de aplicabilidade de boletins de serviço mandatórios e

recomendados;

7. Relatório de vencimento de componentes com vida útil limitada;
8. Controle, fornecimento e atualização dos conjuntos de manuais de operação da AERONAVE;
9. Relatório de previsão das principais revisões vincendas, tendo como base a média de horas voadas à época da solicitação.

g) Será fornecida pela CONTRATADA uma pasta contendo todas as listagens referentes aos controles descritos;

h) Estas listagens serão atualizadas cada mês;

i) A CONTRATADA enviará à CAOP/CGAP/DIREX/PF, mensalmente o relatório junto com a fatura de cobrança dos SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO;

j) A CONTRATADA será responsável por informar a Contratante através de documento específico a previsão de vencimento de qualquer componente controlado assim como qualquer tarefa de manutenção componente ou serviço com antecedência mínima de: 100 (cem) horas de voo; 100 (cem) ciclos; ou 30 (trinta) dias;

k) Caso a condição de aeronavegabilidade da aeronave e/ou a execução de qualquer tarefa de manutenção dependa de providência da CONTRATANTE junto a autoridade aeronáutica ou outra empresa que preste serviço a CONTRATANTE – tal como seguradora ou despachante aeronáutico - a CONTRATADA será responsável por informar a Contratante através de documento específico do vencimento com antecedência mínima de: 100 (cem) horas de voo; 100 (cem) ciclos; ou 30 (trinta) dias. Se, por falha de procedimento da CONTRATADA, este procedimento não for realizado conforme previsto, a CONTRATADA deverá assessorar a CONTRATANTE para resolver seus efeitos junto à ANAC, bem como realizar ou subcontratar tarefas eventualmente necessárias com este fim, cabendo a Contratada os custos;

l) Caso a Contratante não seja comunicada especificamente com a antecedência prevista, a Contratada deverá arcar com a responsabilidade de disponibilizar todos os recursos à sua disposição; e

m) A CONTRATADA deverá ser capaz de executar o Controle Técnico de Manutenção não havendo a possibilidade de subcontratação.

5.11.3. SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E MANUTENÇÕES NÃO PROGRAMADAS

a) São os serviços prestados diretamente pela CONTRATADA, medidos na forma de Homem-Hora trabalhado. Estima-se a quantidade de 800 Homens-hora para atender as aeronaves;

b) Tendo em vista o caráter eventual dos serviços não programados, sua execução deverá ser precedida de expressa autorização da CONTRATANTE, após análise do SMAN/CAOP/CGAP/DIREX/PF, emitida em orçamentos próprios e autorização do fiscal de serviço;

c) Todos os orçamentos de SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO deverão expor em campo apropriado, no mínimo, as quantidades de HOMEM/HORA utilizados na execução manutentiva;

d) A CONTRATADA poderá, caso não esteja homologada para execução, subcontratar uma atividade de serviço eventual, de acordo com as condições descritas neste TERMO DE REFERÊNCIA;

e) A CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE sobre a necessidade de execução de um Serviço Eventual; podendo a CONTRATANTE solicitar a realização execução de um Serviço Eventual.

f) Diretivas técnicas consideradas mandatórias pelo fabricante da aeronaves, bem como Diretrizes de Aeronavegabilidade (DA) da ANAC, ou “Airworthiness Directive (AD)” do FAA ou EASA, deverão ser aplicadas pela CONTRATADA após a data de sua efetividade na primeira parada programada oportuna. A aplicação de diretivas ou diretrizes de aeronavegabilidade supracitadas consiste na execução do serviço requerido bem como sua escrituração técnica; e

g) Estas diretivas podem ser, eventualmente, vencidas antes do início da execução contratual, vencidas durante o período de execução contratual ou vencidas fora do período de execução contratual. Para este último caso, a CONTRATANTE deverá avaliar a razoabilidade de sua execução, ponderando entre os impactos futuros de sua não aplicação e as dificuldades para aplicação da diretiva durante a execução contratual.

5.11.4. SERVIÇOS EVENTUAIS SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO E LOCAÇÃO DE COMPONENTES

a) Não haverá subcontratação no caso de renovações/atestações do Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA), Relatório de Condição de Aeronavegabilidade (RCA) e Licença Estação (L.E) das aeronaves junto a ANAC e ANATEL. A Contratada arcará com todas as taxas aeronáuticas de tais documentos para manter a condição aeronavegável da mesma, fornecendo à CONTRATANTE os referidos comprovantes de requerimento de revalidação protocolados na ANAC e ANATEL;

b) Nenhum serviço subcontratado deverá ser prestado pela CONTRATADA antes da aprovação por escrito pela CONTRATANTE do respectivo orçamento;

c) A CONTRATADA, poderá subcontratar os SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, apresentando orçamentos que deverão ser submetidos à CAOP para análise, nos termos previstos neste Termo de Referência;

d) Nos casos de subcontratações em que apenas uma Empresa detenha a exclusividade na prestação do serviço, a contratada deverá apresentar atestado de exclusividade ou documento análogo que comprove tal requisito, ou em caso de urgência devidamente justificada ou mediante não resposta de outras empresas na apresentação dos orçamentos prévios.

e) Os custos referentes, ao transporte, armazenagem, despachos aduaneiros e seguro de materiais aeronáuticos que a CONTRATADA terá de suportar para realizar o serviço por meio de subcontratação serão repassados à CONTRATANTE, sem acréscimos de taxas administrativas e constarão da fatura dos serviços, que também deverá trazer anexo com os comprovantes das referidas despesas e eventuais impostos sobre essas despesas.

f) Assinatura de licenças, softwares, provedores de serviços operacionais e banco de dados e comunicação satelital:

1. A assinatura será paga uma vez a cada intervalo de 12 meses.
2. Para faturamento das assinaturas, será utilizada a conversão da moeda estrangeira para a moeda nacional, com base na sua cotação de venda, referente ao dia anterior à data de emissão do orçamento pela CONTRATADA, conforme tabela divulgada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.
3. Se transcorrerem mais de 30 (trinta) dias entre a data de aprovação do orçamento e a data do faturamento, sem que a CONTRATADA tenha dado causa a esse atraso, e nesse período houver uma excessiva desvalorização ou valorização da moeda estrangeira frente à moeda nacional, a taxa de câmbio constante do orçamento poderá sofrer revisão de modo a não prejudicar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
4. O valor a ser pago será composto pelo valor da assinatura especificado no INVOICE, que será convertido em moeda nacional.

g) No caso de serviços subcontratados, a CONTRATADA repassará a CONTRATANTE as taxas, tributos, impostos e os custos logísticos;

h) A Contratada deverá apresentar os comprovantes de pagamentos e notas fiscais efetuados com terceiros tendo em vista as subcontratações, para que a fiscalização possa anexá-los ao processo de pagamento respectivo.

5.11.4.1. RESSARCIMENTO COM DESPESAS DE MECÂNICO EM VIAGEM

a) O Ressarcimento com Despesas de Mecânico em Viagem não se confunde com o pagamento de diárias nos deslocamentos dos voos em missões pela CAOP. Não há o que se

falar em pagamentos de meias diárias quando as missões retornarem no mesmo dia sem que tenha havido pernoite fora de sede;

b) Adota-se, como limite máximo para o ressarcimento da hospedagem do mecânico da CONTRATADA, o valor estabelecido para pagamento de diárias ao servidor público civil da União, na coluna "demais deslocamentos" estabelecido na alínea D, anexo I, Decreto 11.872, de 29/12/2023, referentes aos "demais cargos empregos e funções".

c) Serão ressarcidas as despesas de transporte aéreo e hospedagem decorrentes dos deslocamentos extraordinários dos técnicos e/ou inspetores da CONTRATADA, sempre que estiverem executando os serviços descritos no APOIO TÉCNICO OPERACIONAL ou SERVIÇO EVENTUAL DE MANUTENÇÃO fora da Sede (Brasília/DF).

d) Também estarão incluídos no ressarcimento as despesas decorrentes dos deslocamentos extraordinários de técnicos da CONTRATADA que venham a realizar serviços na sede da CONTRATANTE em Brasília DF.

e) Caso haja necessidade de envio de funcionário da CONTRATADA, em comum acordo, será priorizado aproveitamento em voos das aeronaves da CONTRATANTE. Neste caso, deverá ser dada prioridade ao deslocamento de funcionários que já estejam disponíveis na CAOP/CGAP/DIREX/PF.

f) Caso não seja possível o aproveitamento, os valores referentes ao transporte do mecânico terão como base as tarifas em classe econômica, com 01 (uma) bagagem despachada inclusa (maior desconto) da aviação comercial vigentes na data da solicitação.

g) A Contratada deverá apresentar três orçamentos emitidos por Empresas Aéreas para atendimento dos deslocamentos extraordinários dos técnicos, os quais deverão passar pela aprovação do fiscal do contrato.

h) Caso seja solicitado pela CONTRATADA, sempre que possível, o mecânico poderá se deslocar no mesmo voo adquirido para a tripulação, para fins de melhor arranjo logístico.

i) Não haverá competição nesse item, devendo as empresas lançarem o valor já fixado;

j) No caso de acionamento, as despesas referentes a passagem aérea ou terrestre serão de responsabilidade da CONTRATANTE, devendo ser faturado neste item;

k) Serão ressarcidas somente as despesas devidamente comprovadas. Ou seja, para as passagens aéreas, apresentação do comprovante de embarque; e para as despesas de hospedagem, a apresentação de nota fiscal emitida em favor da CONTRATADA, contendo nome completo do mecânico e período da estadia.

l) É obrigatório apresentar no relatório mensal de faturamento os valores referentes ao ressarcimento dos mecânicos em viagem.

5.12. MATERIAL - COMPONENTES DE FORNECIMENTO EVENTUAIS E/OU DESCARTÁVEIS

5.12.1. Os Componentes de Fornecimento Eventuais e/ou Descartáveis, são itens de aplicação **direta** no funcionamento das AERONAVES tais como óleos lubrificantes e óleo de preservação de itens aeronáuticos, bem como os de uso **indiretos** utilizados nas atividades rotineira de manutenção, como: graxa, selante, e outros itens necessários diretamente na manutenção do helicóptero desde que sejam compatíveis com o manual das aeronaves e especificações do fabricante.

5.12.2. Os itens de aplicação direta, não se confundem com os itens necessários durante a execução APOIO TÉCNICO OPERACIONAL, item I deste termo de referência.

5.12.3. A CONTRATADA deverá comprovar, durante a pesquisa de preço, o menor valor dentre os três orçamentos necessários para a efetiva aquisição; mediante autorização e aprovação pelo Fiscal de Serviço responsável.

5.12.4. Caso haja a constituição de estoque para esse tipo de material, este será de responsabilidade da CONTRATANTE, a qual manterá - respeitando as normas e legislações sobre o correto armazenamento deste tipo de produto para que não haja dano ao meio ambiente e/ou as pessoas diretamente envolvidas.

5.12.5. Após abertura da embalagem dessa categoria de material, caso tenha restado algum material utilizável em seu interior, a armazenagem será de responsabilidade da CONTRATADA, bem como seu controle até que seja utilizada em aeronaves da CONTRATANTE.

5.12.6. A solicitação destes itens deverá seguir o fluxo convencional já estabelecido anteriormente, através de e-mail direcionado ao Fiscal de Serviço; caso haja material em estoque, seja autorizada retirada. Caso

contrário, este autorizará a CONTRATADA a pesquisa de mercado e aquisição do(s) produto(s).

Especificação da garantia do serviço

5.13. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido [na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, o qual deverá ser aceito pela Administração e representar a CONTRATADA na execução do contrato. Deverá ainda ser indicado no instrumento de designação os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado, bem como deverá permanecer no local da execução dos serviços contratados.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV); No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.14. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos,

solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

6.16. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.18. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.19. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.20. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.22. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto em cláusula própria deste TR

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.3.1. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

7.3.2. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto na Lei nº 14.133 de 2021.

7.3.3. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único

servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

7.3.4. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

7.3.5. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.3.6. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

7.3.7. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

7.3.8. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

7.3.9. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

7.3.10. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

7.3.11. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

7.3.11.1. A mensuração de IMR é um critério claro e objetivo estabelecido pela CONTRATANTE para aferir a qualidade dos serviços contratados. Além de cumprir as metas estabelecidas, a CONTRATADA deverá atender também aos demais critérios e condições estabelecidas neste Termo de Referência para a aceitação dos serviços prestados. A execução dos serviços será assistida pela equipe de fiscalização do contrato com a finalidade de verificar e orientar em detalhes os procedimentos adotados.

7.3.11.2. Os IMRs serão medidos, avaliados e calculados mensalmente e separadamente para cada item ou sub-item conforme tabelas previstas neste Termo de Referência, tendo como referência os serviços realizados naquele mês, considerando as 24 horas diárias e o total de dias em cada mês avaliado;

7.3.11.3. A abrangência dos indicadores de desempenho e a sua forma de cálculo estão definidos pelo CONTRATANTE neste Termo de Referência;

7.3.11.4. Caso a soma total das penalidades aplicadas em função do não atendimento dos IMRs ultrapasse 30% (trinta por cento) do faturamento mensal máximo, será considerado para efeito de desconto no valor mensal previsto para o pagamento o percentual de 30% (trinta por cento); e

7.3.11.5. Havendo descumprimento do IMR em que fique caracterizado evento alheio ao controle da CONTRATANTE poderão ser realizados ajustes na mensuração do IMR pela equipe de fiscalização.

7.3.12. IMR - MANUTENÇÃO PROGRAMADA e NÃO PROGRAMADAS (FINDS DURANTE A INSPEÇÃO):

7.3.12.1. As Manutenções programadas deverão ser realizadas em Centro de Serviços em datas pré-acordadas entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE com antecedência suficiente para o necessário planejamento de ambas as partes;

7.3.12.2. Os períodos previstos para as manutenções programadas deverão ser estabelecidos na Reunião Inicial de Contratação e, caso seja necessário, as alterações deverão ser realizadas preferencialmente nas reuniões periódicas entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE;

7.3.12.3. A alteração da data da manutenção programada realizada fora do previsto no item anterior e sem a anuência da contratada será considerada intempestiva;

7.3.12.4. Caso a manutenção programada seja realizada fora das datas agendadas, o prazo de parada da aeronave será computado como indisponibilidade no item de Apoio Técnico Operacional;

7.3.12.5. Caso a aeronave não seja entregue na condição de aeronavegável em até 15 dias úteis após a data prevista para retorno da aeronave em virtude de manutenção programada, o atraso passará a ser computado como indisponibilidade do item de Apoio Técnico Operacional;

7.3.12.6. A CONTRATADA deverá informar no momento do agendamento da manutenção o prazo necessário para realização do serviço, seguindo o previsto em manuais de manutenção previstos pelo

fabricante da célula ou do motor;

7.3.12.7. Reunião Inicial de Fiscalização:

a) No momento da Reunião poderá ser acordado entre as partes o número de técnicos empregados durante a inspeção e/ou índice de multiplicação conforme o nível da inspeção.

b) Qualquer mudança na fórmula empregada que altere a quantidade máxima de dias da tabela a seguir, exigirá que as partes elaborem nova tabela de Inspeções Programadas para que seja usada como parâmetro para o Índice de Medição de Resultado (IMR).

7.3.12.8. Se durante o período de Manutenção Programada ocorrerem Manutenções Não-Programadas que demandem pesquisa de pane complexa, casos fortuitos ou força maior, as partes poderão acordar nova data de entrega que deverá ser seguida sem prejuízo de uso dos critérios de medição relacionados abaixo.

7.3.12.9. Tabela: IMR para Manutenções Programadas e Não Programadas durante as inspeções:

IMR para Manutenção Programada e Não Programadas	Critério de Medição	% de Glosa sobre valor do item
1. Alteração intempestiva de data para manutenção programada	Por evento	1% + glosa por indisponibilidade
2. Deixar vencer CVA ou RCA	Por evento	10% + glosa por indisponibilidade
Cumprimento de prazo de parada até a Data Acordada (DA)	Até a data acordada	Aceito
	$1d < DA \leq 5d$ úteis	2% até 5 dias de atraso
	$5d \text{ úteis} < DA \leq 15d$ úteis	1% por dia até o limite de 10%
4. Atraso na entrega após manutenção. Superior a 15 dias úteis	$15d \text{ úteis} < DA$	12% + glosa por indisponibilidade

Observação: O valor total do desconto aplicado no mês de apuração será a soma de todos os descontos constantes na tabela de IMRs para esse item.

7.3.13. IMR - APOIO TÉCNICO OPERACIONAL:

7.3.13.1. A qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA no item Apoio Técnico Operacional (ATO) será aferida a partir do tempo de disponibilidade mensal para voo, entre o primeiro e último dias do mês.

7.3.13.2. O índice de indisponibilidade será atualizado diariamente pela equipe de fiscalização e a informação repassada a CONTRATADA ao fim de cada semana somente para efeitos informativos possibilitando a CONTRATADA atuação proativa na adoção de medidas necessárias a garantia dos IMRs previsto neste Termo de Referência.

7.3.13.3. A glosa a ser aplicada em caso de descumprimento do IMR estabelecido será sobre o valor total do sub-item apresentado na proposta.

7.3.13.4. A CONTRATADA deverá zelar para evitar a falta ou prestação de informação incorreta dos meios de acionamento do plantão de ATO, não se limitando a telefone celular, mas também, endereço e telefone fixo ou qualquer outro meio de contato, que impeça ou atrase o acionamento e acarrete em prejuízos ao bom andamento dos serviços.

7.3.13.5. A CONTRATADA deverá encaminhar mensalmente, no relatório de prestação dos serviços, informações que justifiquem o descumprimento do IMR para análise da equipe de fiscalização técnica. As justificativas poderão ser aceitas pela CONTRATANTE, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou alheios ao controle da CONTRATADA.

7.3.13.6. Havendo descumprimento do IMR, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE, o período de indisponibilidade será desconsiderado para efeito de cálculo do índice no mês de ocorrência.

7.3.13.7. Não será considerado para o compute do IMR, a quantidade de dias entre a data de entrega da aeronave no Centro de Serviços e a data prevista de decolagem do Centro de Serviços para o traslado após manutenção programada – incluindo-se ambas as datas – conforme previsão da quantidade de dias prevista em diagonal de manutenção entregue pela Contratada com as datas de manutenção programadas.

7.3.13.8. Tabela de IMR para Apoio Técnico Operacional (ATO):

IMR – Apoio Técnico Operacional – Média de disponibilidade	Critério de Medição	% de Glosa sobre o valor do sub-item
1. Não comparecimento do responsável dentro do prazo de 2 horas após acionamento	por evento	1% por ocorrência - do valor mensal do ATO
2. Não comparecimento do responsável dentro do prazo agendado com 24h de antecedência	por evento	5% por ocorrência - do valor mensal do ATO
3. Apresentar-se para o trabalho sem uniforme/macacão, identificação e/ou EPI	por evento	1% por ocorrência - do valor mensal do ATO
4. Ausência de realização de inspeção visual diária	por evento	0,2% por ocorrência - do valor mensal do ATO
5. Falta ou informação incorreta dos meios de contato dos responsáveis pelo ATO por evento 10% por ocorrência	por evento	10% por ocorrência - do valor mensal do ATO
6. Índice de disponibilidade de cada aeronave	DISP \geq 90%	Aceito
	85% \leq DISP < 90%	5% de glosa no valor do ATO
	80% \leq DISP < 85%	10% de glosa no valor do ATO
	75% \leq DISP < 80%	15% de glosa no valor do ATO
	70% \leq DISP < 75%	25% de glosa no valor do ATO
	DISP < 65%	30% + 1% de glosa no valor do ATO para cada 1% de variação.
7. Indisponibilidade ou atraso superior a 1 hora de técnico de ATO para acompanhar voo Por Evento 5% por ocorrência	Por Evento 5% por ocorrência	5% por ocorrência

Observação: O valor total do desconto aplicado no mês de apuração será a soma de todos os descontos constantes na tabela de IMRs para esse item ou subitem.

7.3.14. IMR - CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO (CTM):

7.3.14.1. O Controle Técnico de Manutenção deverá ser prestado conforme estipulado na forma de prestação de serviços constante deste Termo de Referência.

7.3.14.2. Em caso de descumprimento de IMRs relativos a CTM em que a causa seja a falta de informações a serem fornecidas pela CONTRATANTE o período de atraso na prestação das informações será desconsiderado no computo total dos dias desde que devidamente reconhecido pela Equipe de fiscalização.

7.3.14.3. Tabela de IMR para Controle Técnico de Manutenção:

IMR – Controle Técnico de Manutenção	Critério de Medição	% de Glosa sobre o valor do sub-item
1. Deixar de enviar relatório mensal de CTM	Por dia de atraso	5% + 1% por dia de atraso limitado a 30%
2. Deixar de coletar as informações de horas de célula, pousos, horas de motor, ciclos NGNTL nos diários de bordo das AERONAVES conforme TR	Por atraso > 3 dias limitado a 30%	2% do valor mensal CTM
3. Deixar de fornecer pasta com listagem referente ao controle após inspeção periódica superior a 100h	Após 10 dias da inspeção	1% do valor mensal CTM por dia de atraso
4. Deixar de encaminhar previsão de vencimento de componente e/ou inspeção no prazo estipulado no TR	100% < Hora ou dia \leq 50%	2% do valor mensal CTM
	50% < Hora ou dia	10% do valor mensal CTM
	Após vencimento	15% do valor mensal CTM
5. Se o vencimento do componente ou tarefa causar indisponibilidade ou perda de CVA, IAM, D.A. ou AD	Por Evento	30% do valor mensal (não cumulativo com o IMR anterior)

6. Dar causa a perda de certificados junto à ANAC (ex: CVA)	Por Evento	30% por ocorrência + glosa por indisponibilidade
7. deixe de realizar renovação de assinatura de banco de dados e/ou cartas aeronáuticas	Por Evento	25% + 1% por dia de atraso na disponibilização da assinatura

Observação: O valor total do desconto aplicado no mês de apuração será a soma de todos os descontos constantes na tabela de IMRs para esse item ou sub-item.

7.3.15. IMR - SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO E SUBCONTRATADOS DE MANUTENÇÃO

7.3.15.1. A forma de prestação de serviço de Serviço Eventual de Manutenção, bem como, Serviços Subcontratados de Manutenção deverá observar os dispostos neste Termo de Referência.

7.3.15.2. Em caso de necessidade de realização de serviço eventual de manutenção a CONTRATADA deverá informar no orçamento a quantidade de homem hora necessário para execução do serviço. Este quantitativo será utilizado para efeitos de pagamento dos serviços, bem como de cálculo do IMR.

7.3.15.3. No caso de realização de serviços eventuais em conjunto com a manutenção programada/não programada o prazo para execução de ambos os serviços deverá ser somado a fim de facilitar o controle e fiscalização por parte da equipe técnica, o computo acumulativo de prazo não será realizado caso, devidamente justificado, tal procedimento possa causar prejuízos ou atrasos, nesse caso deverá ser acordado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA o novo prazo total para retorno da aeronave.

7.3.15.4. Em caso de descumprimento de prazo decorrente do item anterior serão aplicadas os IMRs para ambos serviços salvo se o recebimento definitivo do serviço de manutenção programada/não programada já houver sido realizado pela equipe técnica.

7.3.15.5. Tabela de IMR para Serviços Eventuais de Manutenção e Subcontratados de Manutenção:

IMR para Serviço Eventual de Manutenção e Manutenção Não programada	Critério de Medição	% de Glosa sobre valor Orçado
1. Deixar de informar a necessidade de realização de serviço eventual até 1 dia após ciência.	Por Evento	3% + glosa por indisponibilidade
2. Deixar de encaminhar orçamento dentro do prazo estipulado dando causa a indisponibilidade	Por Evento	5% do valor do orçamento
3. Cumprimento do prazo de devolução da aeronave até a data acordada (DA)	Até a data acordada	Aceito
	1d < DA ≤ 5d úteis	2% até 5 dias úteis de atraso
	5d úteis < DA ≤ 15d úteis	1% por dia até o limite de 10%
4. Atraso na entrega após manutenção superior a 15 dias úteis	15d úteis > DA	12% + glosa por indisponibilidade
5. Deixar de realizar renovação das assinaturas periódicas (FMS, Banco de dados etc.)	por evento	30 % + glosa por indisponibilidade

Observação: O valor total do desconto aplicado no mês de apuração será a soma de todos os descontos constantes na tabela de IMRs para esse item ou sub-item.

7.3.15.6. Não será considerado no cômputo do prazo de entrega o atraso ocasionado por ausência de peças, desde que devidamente justificado pela CONTRATADA.

7.3.15.7. O não cumprimento do prazo de entrega por parte de empresa subcontratada pela CONTRATADA não servirá de justificativa para os atraso no prazo de devolução da aeronave, exceto se a justificativa apresentada for aceita pela Equipe de fiscalização. IMR para Observação: O valor total do desconto aplicado no mês de apuração será a soma de todos os descontos constantes na tabela de IMRs para esse item.

7.3.16. RESSARCIMENTO COM DESPESAS DE MECÂNICO EM VIAGEM

7.3.16.1. A forma de prestação do serviço de Ressarcimento com Despesas de Mecânico em Viagem deverá observar o disposto neste Termo de Referência.

IMR para RESSARCIMENTO COM DESPESAS DE MECÂNICO EM VIAGEM	Critério de medição	% de Glosa sobre o valor orçado
1. Deixar de realizar compra de passagem para mecânico em tempo hábil	Por Evento	10%
2. Deixar de apresentar relatório mensal de faturamento referente aos serviços de ressarcimento de mecânico em viagem	Por Evento	5 %
3. Dar atraso ao voo das Aeronaves da CAOP, no caso do mecânicos que acompanha a missão.	Por Evento	5 %

Observação: O valor total do desconto aplicado no mês de apuração será a soma de todos os descontos constantes na tabela de IMRs para esse item

7.3.16.2. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

7.3.16.3. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com a Lei 14.133 de 2021.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133, de 2021](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#)).

7.9.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.9.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, por

servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- 7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento ([art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.11.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- 7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[\[A31\]](#)
- 7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).
- 7.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.17. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 7.17.1. o prazo de validade;
 - 7.17.2. a data da emissão;
 - 7.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 7.17.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 7.17.5. o valor a pagar; e
 - 7.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- 7.19. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.20. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 7.21. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 7.22. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar

aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.23. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.24. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.25. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.26. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.27. *O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.*

7.28. *Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.*

7.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.29.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.30. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.31. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.31.1. *As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.*

7.32. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.33. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.34. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos)

7.35. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Gestão do Contrato

7.36. Até 15 dias após a assinatura do contrato, será realizada a Reunião Inicial de Fiscalização, com a presença do preposto da CONTRATADA, bem como da equipe de fiscalização designada pelo CONTRATANTE e a equipe responsável de Planejamento da Contratação.

7.37. A Reunião destinar-se-á a apresentação do Plano de Fiscalização a ser adotado pelas partes, que será firmado observando o disposto neste Termo de Referência, Edital e Contrato, contendo no mínimo: informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano

complementar de execução da contratada, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.38. Os assuntos tratados na reunião inicial serão registrados em ata e assinado por todos os participantes.

7.39. A CONTRATADA deverá enviar o preposto ou equipe designada para participar das reuniões periódicas, que poderão ser realizadas por vídeo conferência, que tem por finalidade garantir a qualidade da execução e os resultados previstos para a prestação dos serviços.

7.40. Poderão ser marcadas reuniões extraordinárias entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA sempre que considerado necessário, neste caso a data deverá ser pré-acordada entre as partes.

7.41. Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização do Gestor do Contrato, o prazo para a prestação de serviços ou das suas etapas poderão sofrer alterações, desde que requerido pela contratada antes da data prevista para o início dos serviços ou das respectivas etapas, cumpridas as formalidades exigidas pela legislação.

7.42. A gestão de contrato será realizada conforme estabelecido na IN nº 5/2017, a partir da formação da equipe de fiscalização formada por no mínimo, o gestor do contrato, fiscal requisitante, fiscal técnico e fiscal administrativo.

7.43. Dos mecanismos formais de comunicação.

7.43.1. O canal de comunicação entre o CONTRATANTE e CONTRATADA, para assuntos relacionados à gestão e fiscalização contratual, ocorrerá preferencialmente através da figura do preposto. O preposto é o representante da CONTRATADA junto a Polícia Federal. O preposto poderá ser contatado mesmo fora do horário de expediente, sem que com isso ocorra qualquer ônus extra ao CONTRATANTE.

7.43.2. A comunicação entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA se dará preferencialmente por meio escrito, sempre que se entender necessário o registro de ocorrência relacionada com a execução do CONTRATO, nas formas relacionadas na tabela abaixo, ainda que não exclusivamente:

DOCUMENTO	FUNÇÃO	EMISSOR	DESTINATÁRIO	PERIODICIDADE
Ofício	Informações diversas	Contratante/Contratada	Contratante/Contratada	Sempre que necessário
E-mail	Informações diversas	Contratante/Contratada	Contratante/Contratada	Sempre que necessário
Ordem de Serviço	Autorização para prestação dos serviços	Contratada	Contratada/contratante	Mensal
Relatório Geral de Faturamento	Atestar as condições em que os serviços foram prestados	Contratada	Contratante	Mensal
Termo de Recebimento Provisório	Recebimento provisório dos serviços	Contratada	Contratante	sempre que necessário
Termo de Recebimento Definitivo	Recebimento definitivo dos serviços	Contratada	Contratante	sempre que necessário
Ata de Reunião	Informações diversas	Contratante/Contratada	Contratante/Contratada	Sempre que necessário
Solicitação de Serviço	Solicitações/Informações diversas	Contratante	Contratada	Sempre que necessário
Inventário de acessórios e componentes	Informar materiais em posse da contratada	Contratada	Contratante	Sempre que necessário
Planejamento	Demandar peças e componentes	Contratada	Contratante	Sempre que necessário

7.43.3. A CONTRATADA deverá apresentar resposta às solicitações apresentadas formalmente pela contratada em um prazo de até 5 (cinco) dias úteis, salvo disposição em contrário.

7.44. Relatório Geral de Faturamento

7.44.1. A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente por escrito o Relatório Geral de Faturamento até o 5º dia útil do mês subsequente, composto pelos seguintes relatórios gerenciais e técnicos, para comprovação e fiscalização dos serviços prestados:

- 7.44.2. Relatório mensal no formato fornecido pela CONTRATANTE em que constarão, no mínimo, as características de prestação de cada serviço, distribuído por item e sub-item.
- 7.44.3. No caso de não ocorrência de algum serviço prestado por evento, será admitida a supressão das informações a fim de tornar o documento mais sucinto.
- 7.44.4. Os demais relatórios mensais previstos neste Termo de Referência deverão ser parte integrante do Relatório Geral de Faturamento, ainda que já tenha sido prestada a informação por outro meio, por exemplo o relatório mensal de Controle Técnico de Manutenção.
- 7.44.5. Sugestões de alteração e simplificação do Relatório Geral de Faturamento poderão ser adotadas desde que haja acordo entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE e não resultem em omissão de informações relevantes que possam causar prejuízo ao bom andamento das fiscalizações.
- 7.45. Outras informações consideradas relevantes.
- 7.46. A seu critério, a CONTRATANTE poderá solicitar a comprovação de fidelidade das informações e dados apresentados nos relatórios.
- 7.47. A recusa ou a morosidade da CONTRATADA em cooperar com a comprovação de fidelidade dos dados dos relatórios, caracterizadas pela ausência de respostas ou não apresentação dos documentos solicitados em até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data de solicitação, implicarão em suspensão dos pagamentos, sanções e penalidades aplicáveis.
- 7.48. Da Forma de Remuneração
- 7.48.1. A prestação dos serviços será remunerada a partir da garantia de disponibilidade, bem como do atendimento aos demais critérios de aceitação descritos neste Termo de Referência.
- 7.48.2. O valor do pagamento mensal pelos serviços será calculado de acordo com a efetiva execução dos serviços, aplicados os descontos relativos ao eventual descumprimento dos indicadores mínimos de desempenho, bem como das demais obrigações contratuais. Assim, o valor mensal a ser pago pelo serviço será calculado com base na fórmula abaixo:
- 7.48.3. Remuneração Mensal Total = valor mensal a ser pago à CONTRATADA resultante da soma de todos os itens e subitens já aplicados os descontos decorrentes do não cumprimento dos IMRs.
- 7.48.4. Remuneração Mensal por item ou sub-item = $[(\text{Valor Anual Contratado para cada item ou sub-item} / 12) * (1 - \text{Desconto a ser aplicado por descumprimento de IMR para cada item/sub-item})]$. Onde:
- 7.48.5. Remuneração Mensal por item/sub-item = Valor a pagar calculado separadamente para cada item ou sub-item considerando o valor da proposta apresentado pela CONTRATADA assim como demais correções decorrentes de renovação ou aditivos contratuais posteriores;
- 7.48.6. Valor Anual Contratado = Valor total anual estabelecido em CONTRATO;
- 7.48.7. Indicador Mínimo de Desempenho (IMR) = percentual de redução/glosa a ser aplicada em razão do não atingimento dos níveis de serviço e indicadores de desempenho mínimos, limitado a 30%, conforme descrito no item 16 deste Termo de Referência;
- 7.48.8. Não haverá qualquer espécie de bônus, premiação ou pagamento adicional para os casos em que a CONTRATADA supere os IMRs exigidos, ou caso seja necessária a alocação de maior número de profissionais e outros recursos para alcançá-las.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Regime de execução

- 8.2. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

- 8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 8.3.1. Prova de atendimento aos requisitos emitidos pela ANAC, previstos no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil RBAC nº145:
- 8.3.2.1. apresentação de Certificado de Homologação de Empresa (CHE) ou Certificado de Organização de Manutenção (COM), para executar todos os níveis de manutenção previstos;

8.3.2.2. apresentação do Manual de Organização de Manutenção, conforme parágrafos 145.207 e 145.209 do RBAC 145; e

8.3.2.3. apresentação do Manual de Controle de Qualidade, conforme parágrafo 145.211 do RBAC 145.

8.3.2.4. Possuir ao menos 1 (um) Centro de Serviços no País, para manutenção aeronáutica, com capacidade de hangaragem suficiente para receber as aeronaves citadas no item 1.1

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II);
- 8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
- 8.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
 - 8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
 - 8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
 - 8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação [capital mínimo] OU [patrimônio líquido mínimo] de 2% do [valor total estimado da contratação] OU [valor total estimado da parcela pertinente].
- 8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.26. *O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.*

Qualificação Técnica

- 8.27. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 8.28. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.29. Registro ou inscrição da Empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA da região a que estiver vinculada;
- 8.30. Possuir em seu quadro permanente de empregados uma equipe de técnicos em manutenção de equipamentos aeronáuticos, todos habilitados pela ANAC, os quais prestarão os serviços descritos na Cláusula Primeira deste Termo de Referência, composta de, no mínimo:
- 8.30.1. 01 (um) Responsável Técnico, com experiência mínima de 02(dois) anos em manutenção de aeronaves objeto deste Termo de Referência, que deve possuir título – seja técnico de nível superior (tecnólogo) ou engenheiro – e atribuição profissional coerentes com a atividade desempenhada, regularmente registrado pelo CREA da região da organização de manutenção à qual está vinculado, cadastrado na ANAC, nos termos do APÊNDICE A–I DO RBAC 145 ;
 - 8.30.2. 01 (um) Inspetor de Manutenção Aeronáutica, com experiência mínima de 02(dois) anos em manutenção de aeronaves objeto deste Termo de Referência, com Certificado de Habilitação Técnica (CHT) válido nos grupos moto propulsor (GMP), célula(CEL) e com curso de motor e célula nos modelos de helicópteros cuja manutenção executará;
 - 8.30.3. 01 (um) Inspetor de Manutenção Aeronáutica, com experiência mínima de 02(dois) anos em manutenção de aeronaves objeto deste Termo de Referência, com Certificado de Habilitação Técnica (CHT) válido no grupo aviônicos (AVI), e que seja portador de certificado de frequência em curso de manutenção do sistema elétrico dos modelos de helicópteros cuja manutenção executará;
 - 8.30.4. 01 (um) Técnico de Manutenção Aeronáutica habilitado pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, com especialidade em aviônicos (AVI) e portador de certificado de frequência em curso de manutenção de aviônicos dos modelos de helicópteros cuja manutenção executará; e
 - 8.30.5. 03 (três) Mecânicos de Manutenção Aeronáutica, UM PARA CADA AERONAVE AS350 B2 , com experiência mínima de 02 (dois) anos no modelo AS350 B2, habilitado pela Agência Nacional de Aviação Civil –ANAC, com Certificado de Habilitação Técnica (CHT) válido nos grupos moto propulsor (GMP) e célula (CEL), cada qual com seu respectivo curso de motor e célula no modelo de helicóptero AS350 B2.

- 8.30.6. 01 (um) Mecânico de Manutenção Aeronáutica, PARA A AERONAVE AS355N , com experiência mínima de 02 (dois) anos no modelo AS355N, habilitado pela Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, com Certificado de Habilitação Técnica (CHT) válido nos grupos moto propulsor (GMP) E célula (CEL), Com seu respectivo curso de motor e célula no modelo AS355N.
- 8.30.7. Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica elencados nos itens 8.30.1 ao 8.30.6, deverão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, devendo a empresa vencedora do certame comprovar tal fato ate 30 dias após a data do pregão eletrônico ou no momento da assinatura do contrato, o que ocorrer primeiro.
- 8.30.8. A comprovação empregatícia, do item acima, far-se-á por meio de cópia autenticada da carteira profissional, contrato de trabalho devidamente registrado ou de outros meios juridicamente válidos para a demonstração de que possuem vínculo com a sociedade empresarial.
- 8.30.9. Toda contratação de profissionais elencados do item 8.30.1 ao 8.30.6 deverá ser comunicada imediatamente por escrito - através dos meios de comunicação elencados no item 7.59.3, à CONTRATANTE, acompanhada de sua habilitação emitida pela Agência Nacional de Aviação Civil –ANAC, certificados de qualificações, comprovação de experiência, bem como os documentos mencionados no item 8.30.8 deste Termo de referência.
- 8.30.10. Em caso de desligamento de profissionais elencados no item 8.30.1 a CONTRATADA deverá apresentar de imediato contratação de profissional com qualificação conforme especificado neste termo de referência.
- 8.30.11. A divulgação mensal do quadro técnico, conforme os critérios deste Termo de Referência, é necessária, devendo estar devidamente atualizada sempre que houver alterações de funcionários. Além disso, a CONTRATANTE reserva-se o direito de solicitar essa informação a qualquer momento.
- 8.30.12. A comprovação da experiência mencionada nos itens 8.30.1; 8.30.2, 8.30.3, 8.30.5 e 8.30.6 deverá ser realizada mediante apresentação de documentos que atestem a qualificação e experiência dos funcionários, a saber: certificados de cursos nos modelos de aeronave, históricos profissionais, declarações de experiência emitidas por empregadores anteriores e/ou execução de serviços devidamente registrada por Ordem de Serviço.
- 8.31. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 8.31.1.1. Serviços compatíveis com o tipo da AERONAVE especificada neste Termo de Referência.
- 8.31.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 8.31.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 8.31.5. Em ate 30 dias após a data do pregão eletrônico ou no momento da assinatura do contrato, o que ocorrer primeiro o licitante, deverá comprovar certificação ANAC que demonstre a capacidade da Empresa em executar manutenções na Aeronaves AS350 B2 AS355N, para os níveis de manutenção previstos no Termo de Referência.
- 8.31.6. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.
- 8.31.7. O adjudicatário deverá informar na proposta o endereço completo do local onde serão realizadas as inspeções.
- 8.32. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 8.32.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

- 8.32.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 8.32.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 8.32.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);
- 8.32.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 8.32.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e
- 8.32.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Justificativas para as exigências técnicas

8.33. As exigências estabelecidas para a contratação de serviços de manutenção aeronáutica visam garantir a segurança e a qualidade das operações, cumprindo rigorosamente as normas técnicas e regulatórias que regem a aviação civil. A principal motivação por trás dessas exigências é a complexidade e os altos riscos associados à manutenção de aeronaves, que exigem profissionais altamente qualificados e infraestrutura apropriada.

8.33.1. **Garantia de Qualificação Técnica:** O registro no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) assegura que os profissionais que supervisionam ou executam os serviços possuam a formação necessária e atendam aos requisitos legais e éticos para desempenharem suas funções. O CREA é a entidade responsável por regulamentar o exercício das profissões técnicas, garantindo que os responsáveis pelo trabalho possuam o conhecimento adequado para atuar em áreas sensíveis, como a aviação.

8.33.2. **Segurança Operacional:** A manutenção de aeronaves envolve atividades críticas que podem impactar diretamente a segurança das operações de voo. Profissionais qualificados, com experiência comprovada e certificados em áreas específicas, como aviônicos, célula e motores, são essenciais para assegurar que os equipamentos estejam em perfeitas condições de operação. A exigência de técnicos com certificados da ANAC, que regulam a aviação civil, reforça a necessidade de conformidade com os padrões internacionais de segurança.

8.33.3. **Conformidade com Normas Regulatórias:** As exigências estão alinhadas com as normas estabelecidas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), que, por meio do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil (RBAC) nº 145, define os requisitos para a homologação de organizações de manutenção aeronáutica. O cumprimento dessas normas não apenas assegura a legalidade da operação, mas também protege as aeronaves contra falhas técnicas que poderiam comprometer a segurança do voo e da tripulação.

8.33.4. **Experiência Mínima e Qualificação Prática:** As aeronaves, especialmente os modelos de helicópteros que operam em regiões de difícil acesso, como a Amazônia, exigem técnicos com experiência prática no modelo específico da aeronave. A experiência mínima de dois anos é uma exigência para garantir que os profissionais tenham o conhecimento necessário para lidar com situações imprevistas durante as operações, muitas vezes realizadas fora de bases de apoio. A manutenção de campo, em que o técnico pode ter que atuar isoladamente, requer uma capacitação profunda e experiência para identificar e corrigir problemas rapidamente.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 4.996.080,00 (quatro milhões, novecentos e noventa e seis mil e oitenta reais) conforme custos unitários apostos na Tabela 01 - Especificações do Objeto

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I - Gestão/Unidade: 1;
- II - Fonte de Recursos: FUNAPOL (1019000000);
- III - Programa de Trabalho: 172371;
- IV - Elemento de Despesa: 339039 e 339030;

11. **ANEXOS AO TERMO DE REFERÊNCIA**

11.1. Fazem parte do presente Termo de Referência os seguintes documentos:

ANEXO I - DEFINIÇÃO DE EXPRESSÕES EMPREGADAS NO TERMO DE REFERÊNCIA

ACIDENTE AERONÁUTICO é qualquer ocorrência relacionada à operação de aeronaves, compreendida entre o momento em que uma pessoa embarca com a intenção de realizar um voo até o instante em que todas as pessoas tenham desembarcado. Durante esse período, ao menos uma das seguintes situações deve ocorrer:

(i) Qualquer pessoa sofre lesão ou morre em decorrência de estar a bordo da aeronave, entrar em contato direto com qualquer parte da aeronave (incluindo partes que tenham se desprendido) ou ser exposta ao sopro da hélice, rotor ou escapamento de jato, ou às suas consequências. Exceções são lesões causadas por motivos naturais, auto-infligidas, infligidas por terceiros ou lesões de pessoas que embarcaram clandestinamente em áreas não destinadas a passageiros e tripulantes;

(ii) A aeronave sofre falhas ou danos estruturais que comprometem sua resistência, desempenho ou características de voo, exigindo substituição de grandes componentes ou realização de reparos significativos. Exceção para falhas ou danos limitados ao motor, carenagens ou acessórios, ou danos menores como em hélices, pontas de asas, antenas, carenagens do trem de pouso, amassados leves e pequenas perfurações no revestimento;

(iii) A aeronave é considerada desaparecida ou o local onde se encontra é absolutamente inacessível.

AERONAVE refere-se aos modelos AS350 B2 ou AS555N.

ANAC é a sigla para Agência Nacional de Aviação Civil.

AOG (Aircraft on Ground) é o termo utilizado para indicar que a aeronave não está apta a voar até que as manutenções técnicas necessárias sejam realizadas para garantir seu estado de segurança exigido pela AUTORIDADE AERONÁUTICA. Para efeito deste TERMO DE REFERÊNCIA, são consideradas AOG as situações em que a aeronave apresenta problemas com Componentes "NO GO" ou "GO IF".

APOIO OPERACIONAL refere-se aos serviços prestados pela CONTRATADA, através de seus REPRESENTANTES, no ESTABELECIMENTO DA CONTRATANTE ou em qualquer outro local, conforme especificado neste TERMO DE REFERÊNCIA.

AUTORIDADE AERONÁUTICA é a entidade responsável pela administração da aviação civil no Brasil, representada pela ANAC ou CTA.

CAOP é a Coordenação de Aviação da Polícia Federal.

CENTRO DE SERVIÇOS é a oficina ou instalação física da CONTRATADA, homologada pela AUTORIDADE AERONÁUTICA, e equipada com todo ferramental necessário para realizar serviços de manutenção preventiva e corretiva em aeronaves e seus componentes. Serviços que, por sua natureza, complexidade, necessidade de equipamentos especiais ou determinação da AUTORIDADE AERONÁUTICA, não puderem ser efetuados pelo APOIO OPERACIONAL.

CICLO NG/NTL refere-se aos regimes operacionais dos motores, onde NG (N1) indica a velocidade do compressor de baixa pressão e NTL (N2) corresponde à velocidade do compressor de alta pressão ou da turbina, ambos expressos em porcentagem.

COMPONENTE é qualquer peça, combinação de peças ou subunidade que desempenha uma função específica e necessária para a operação de um ou mais sistemas da aeronave, e para a qual existe um procedimento de reparo economicamente viável. Todo componente deve possuir a documentação aplicável.

CONDIÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE é o estado obrigatório de segurança exigido pela AUTORIDADE AERONÁUTICA para manter a aeronave em operação normal de voo, exceto se especificado de outra forma neste TERMO DE REFERÊNCIA. A CONTRATADA é responsável por manter a CONDIÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE da aeronave conforme os serviços descritos neste TERMO DE REFERÊNCIA.

CONSUMÍVEIS são itens de uso recorrente, necessários para a realização dos serviços de manutenção, como graxas, sprays de limpa contatos, arames de freio, panos de limpeza e outros, que não sejam componentes controlados de aplicação na aeronave nem óleos lubrificantes.

CONTRATADA é a pessoa jurídica com a qual será celebrado o futuro contrato de prestação de serviços de manutenção, elaborado com base neste TERMO DE REFERÊNCIA, respeitando o devido processo licitatório.

CONTRATANTE é a Polícia Federal, cuja sede está situada no SAS Quadra 6, Lotes 9/10, Brasília, DF, inscrita no CNPJ sob nº 00.394.494/0014-50, CEP 70037-900.

CONTRATO refere-se ao documento formal a ser firmado entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA após o processo licitatório.

CTM (Controle Técnico de Manutenção) abrange as atividades descritas neste Termo de Referência relacionadas ao gerenciamento e monitoramento das condições técnicas da aeronave.

DATA LIMITE é a data definida pela CONTRATADA para o início da execução de um determinado WORKSCOPE na aeronave, seja para cumprimento do PLANO DE MANUTENÇÃO ou em razão do vencimento de uma tarefa de manutenção programada ou não programada, conforme o MANUAL DE MANUTENÇÃO da aeronave ou instrução do FABRICANTE.

DESCARTÁVEIS são itens aeronáuticos que não podem ser reparados.

DIRETRIZ DE AERONAVEGABILIDADE (DA ou AD) é a publicação emitida pela AUTORIDADE AERONÁUTICA (pode ser ANAC, FAA ou EASA), que notifica proprietários ou operadores de aeronaves sobre condições inseguras que possam afetar a operação. A publicação descreve e impõe as ações corretivas necessárias para assegurar a continuidade segura da operação da aeronave.

DIREX é a Diretoria Executiva da Polícia Federal.

DOCUMENTAÇÃO é todo e qualquer documento exigido pelo Fabricante ou pela AUTORIDADE AERONÁUTICA para a operação e manutenção da aeronave e/ou componentes, incluindo certificados, formulários e registros de manutenção.

DOCUMENTAÇÃO DA AERONAVE refere-se ao histórico de manutenção registrado no livro de registro da aeronave e de seus principais sistemas.

DOU é a sigla para Diário Oficial da União.

ESTABELECIMENTO DA CONTRATANTE é a sede da CONTRATANTE localizada no Aeroporto Internacional de Brasília, setor de hangares da aviação geral, lotes 13/14, Brasília, DF, CEP 71608-900.

FABRICANTE é a entidade responsável pela fabricação da aeronave ou dos motores.

FLIGHT SAFETY é o estado em que o risco de lesões a pessoas ou danos a propriedades é mantido em um nível aceitável por meio da identificação de perigos e gestão de riscos, conforme definido pela OACI.

FLIGHT SECURITY é a proteção da aeronave e de seus ocupantes contra atos criminosos.

FORNECEDOR é o fabricante ou distribuidor de componentes aplicáveis aos serviços descritos neste TERMO DE REFERÊNCIA.

INCIDENTE AERONÁUTICO é qualquer ocorrência relacionada à operação da aeronave que não caracterize um acidente, mas que possa afetar a segurança da operação.

ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE é o critério utilizado no mercado aeronáutico para medir a qualidade dos serviços prestados, referente aos dias em que cada aeronave está disponível para voo.

LLP (Life Limited Parts) são componentes que possuem tempo de vida limitado e que devem ser removidos no tempo correto ou antes de atingir o tempo especificado.

MANUAL DE MANUTENÇÃO refere-se aos documentos desenvolvidos pelo Fabricante e aprovados pela Autoridade Aeronáutica, como o Documento de Requerimentos de Manutenção Programada (SMRD) e o Manual de Manutenção da Aeronave (AMM).

MANUTENÇÃO NÃO PROGRAMADA é a manutenção que não possui intervalos definidos e é realizada para correção de falhas, defeitos ou mau funcionamento em um sistema ou componente da aeronave.

MANUTENÇÃO PROGRAMADA é a manutenção realizada em intervalos definidos, conforme recomendações do fabricante e conforme o PLANO DE MANUTENÇÃO DA AERONAVE, incluindo a realização das inspeções necessárias para manter a aeronavegabilidade.

MEL (Minimum Equipment List) é a lista de equipamentos mínimos que devem estar operantes para a realização de voos sob condições específicas, conforme validada pela AUTORIDADE AERONÁUTICA para a CONTRATANTE.

MMEL (Master Minimum Equipment List) é a lista geral de equipamentos mínimos elaborada pelo fabricante da aeronave.

OFÍCIO é o documento a ser emitido pela CONTRATANTE para envio de qualquer componente à CONTRATADA.

OPERADOR é a própria CONTRATANTE ou outro operador designado por ela.

PARTES são a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

PF é a Polícia Federal.

PLANO DE MANUTENÇÃO DA AERONAVE é o plano definido pelo FABRICANTE com as revisões aplicáveis, descrevendo tarefas e intervalos para manutenção.

POR EVENTO é a modalidade de contratação dos serviços de manutenção descritos neste TERMO DE REFERÊNCIA, podendo ser contratados diretamente pela CONTRATADA ou por terceiros subcontratados.

RBAC é o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil.

RBHA é o Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica.

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO incluem inspeções, pesquisa de panes, revisão e reparo, bem como trabalhos gerais para assegurar a condição de aeronavegabilidade da aeronave e de seus componentes, conforme o PLANO DE MANUTENÇÃO DA AERONAVE.

SERVIÇOS EVENTUAIS são serviços de manutenção sem intervalos definidos, realizados para correção de falhas evidentes ou suspeitas.

SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS são serviços cuja ocorrência não decorre do desgaste natural da operação.

SUBCONTRATAÇÃO é a contratação de outras pessoas ou empresas pela CONTRATADA para atendimento a pontos específicos deste TERMO DE REFERÊNCIA, dentro dos limites estabelecidos pela CONTRATANTE.

TBO (Time Between Overhaul) é o número de horas de voo que um componente pode realizar entre cada revisão geral de manutenção.

VISTORIA PRÉVIA é a inspeção realizada por empresas interessadas no processo licitatório para verificar o estado da aeronave antes da entrega de propostas de preço.

WORKSCOPE é o escopo de trabalho, abrangendo os serviços de manutenção indicados pela CONTRATADA como necessários para uma determinada parada de manutenção programada ou não programada.

ANEXO II - CADERNO DE ENCARGOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

CLÁUSULA PRIMEIRA: APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

Os serviços previstos nesta cláusula compõem o Custo Fixo Mensal e abrangem as atividades descritas a seguir:

1.1. MANUTENÇÃO DE CAMPO

1.1.1. Definição dos Serviços: A manutenção de campo inclui serviços preventivos e corretivos de primeiro e segundo níveis, programados ou não programados, que, por sua menor complexidade, podem ser realizados pela equipe de técnicos, conforme descrito na Cláusula Sexta, item "e", do Termo de Referência. Esses serviços poderão ser executados fora do Centro de Serviços.

1.1.2. Atividades Executadas:

Inspeções de pré-voo, inter-voo e pós-voo;

Assistência técnica durante acionamento dos motores;

Assistência técnica nas saídas e chegadas dos voos;

Realização das manutenções preventivas aplicáveis;

Correção de discrepâncias identificadas;

Acompanhamento a bordo do helicóptero durante voos de traslado, quando necessário.

1.1.3. Fornecimento de Itens Consumíveis: Os itens consumíveis, conforme definidos no Anexo I, estão incluídos no Apoio Operacional, não havendo cobrança adicional.

1.1.4. Fornecimento de Componentes Descartáveis: O fornecimento eventual de componentes descartáveis e óleos/fluidos, quando não fornecidos pela Contratante, deverá ser solicitado pela Contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Havendo indisponibilidade, a Contratada poderá realizar a aquisição dos itens necessários, mediante aprovação prévia do orçamento e prazo de entrega pela Contratante.

1.1.5. Despesas de Transporte: Para atendimentos fora da base da Contratante em Brasília/DF, a Contratante arcará com as despesas de transporte para a troca de integrantes da equipe técnica da manutenção de campo a partir da segunda troca.

1.1.6. Disponibilidade de Atendimento: O técnico responsável pela manutenção de campo deverá estar disponível para prestar atendimento ao helicóptero nos horários informados previamente pelo SMAN/CAOP, conforme a demanda das missões policiais.

1.1.7. Identificação e Uniforme: Durante a jornada de trabalho, o mecânico deverá permanecer devidamente identificado e trajando uniforme fornecido pela Contratada.

1.1.8. Serviços não Cobertos pela Equipe de Campo: Quando, por necessidade técnica ou regulamentação aeronáutica, a intervenção de manutenção não for da competência da equipe de campo, a Contratada deverá providenciar o técnico necessário para a solução do problema. O valor do serviço será calculado com base na hora/homem.

1.1.9. Despesas de Frete e Transporte de Peças: A Contratada será responsável pelas despesas de frete, seguro, impostos e outros encargos referentes ao transporte de peças, materiais e equipamentos para reparo ou avaliação fora da localidade em que estiver sendo realizada a manutenção. Os custos deverão ser comprovados e repassados à Contratante.

1.1.10. Serviços em Localidade de Difícil Acesso: Quando o serviço for realizado em localidade de difícil acesso, a Contratada deverá apresentar o técnico na cidade de acesso mais próxima, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. A Contratante providenciará o transporte do técnico e dos materiais até o local onde se encontra a aeronave, assim que possível.

1.1.11. Prazo de Atendimento: O prazo mencionado poderá ser prorrogado mediante justificativa apresentada por escrito pela Contratada ao SMAN/CAOP.

1.1.12. Cumprimento de Diretrizes de Aeronavegabilidade: A Contratada deverá cumprir todas as Diretrizes de Aeronavegabilidade emitidas pelo fabricante da aeronave ou pela autoridade aeronáutica competente que contemple o modelo de aeronave e/ou seus componentes.

1.1.13. Aplicabilidade de Diretrizes de Aeronavegabilidade: Diretrizes de Aeronavegabilidade de caráter recomendado e/ou opcional deverão ser encaminhadas ao SMAN/CAOP para análise e definição do custo-benefício de sua aplicabilidade.

1.1.14. Orçamento Prévio: A Contratada deverá apresentar ao SMAN/CAOP um orçamento prévio, discriminando o tempo previsto para a execução e o material necessário para a realização do serviço.

1.1.15. Cobertura de Custo: O custo referente ao cumprimento das Diretrizes de Aeronavegabilidade estará coberto pelo valor fixo mensal se os serviços puderem ser executados pela equipe de campo.

1.1.16. **Limitações de Execução de Serviço:** Se a equipe de campo não puder executar o serviço, por motivos técnicos e/ou legais, a Contratada deverá apresentar um orçamento detalhado, especificando o número de horas/homem ou de terceiros subcontratados, limitado ao número de horas sugerido pelo fabricante.

1.1.17. **Normas e Padrões de Execução:** Todos os serviços de manutenção aeronáutica, aplicação de acessórios e cumprimento de boletins serão efetuados de acordo com as normas e padrões da ANAC, atendendo aos requisitos dos RBHAs nº 43, 91 e 145, bem como toda a legislação aplicável e diretivas dos fabricantes. As atividades serão supervisionadas pelo SMAN/CAOP.

1.2. SERVIÇOS PROGRAMADOS DE MANUTENÇÃO

1.2.1. **Inspecções Horárias de Célula e Motor:** Inspecções constantes nos manuais de manutenção das aeronaves AS350B2 e AS355N e dos Motores ARRIUS 1A e ARRIEL 1D1, para intervalos iguais ou superiores a 100 horas.

1.2.2. **Inspecções Calendárias de Célula e Motor:** Inspecções constantes nos manuais de manutenção das aeronaves e motores acima mencionados.

1.2.3. **Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA):** Inspecção anual obrigatória que está prevista na seção 91.409 do RBHA 91.

1.2.4. **Remoção e Instalação de Componentes de Vida Útil Controlada:** Serviço necessário para a realização de revisões obrigatórias nos componentes das aeronaves.

2. CLÁUSULA SEGUNDA: CONTROLE TÉCNICO DE MANUTENÇÃO

2.1. **Acompanhamento e Controle:** O serviço de controle técnico compreende o acompanhamento de componentes controlados, cumprimento de diretrizes técnicas e outras exigências pertinentes à legislação vigente, além da atualização mensal das cadernetas das aeronaves e publicações técnicas. O SMAN/CAOP e os mecânicos da Contratada disponibilizarão ao Controle Técnico de Manutenção (CTM) as seguintes informações:

Horas de voo, acionamentos, ciclos NG/NTL e pousos;

Discrepâncias apresentadas;

Informações sobre serviços de manutenção realizados, como substituição de componentes e inspecções cumpridas.

2.2. **Relatórios Mensais:** O serviço será incluído no Custo Mensal Fixo e será apresentado sob a forma de relatórios computadorizados, impressos e/ou em mídia eletrônica, contendo:

Dados gerais atualizados sobre horas de voo, uso dos motores, pousos e ciclos, além dos vencimentos das principais inspecções e licenças;

Relação de inspecções a serem cumpridas;

Controle de componentes com vida útil controlada/limitada;

Controle de aplicabilidade de diretrizes e boletins de serviço.

2.3. **Responsabilidade Civil e Criminal:** A Contratada arcará com qualquer ônus resultante da não observância dos itens mencionados e será responsabilizada civil e criminalmente por falhas no serviço.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: SERVIÇOS EVENTUAIS DE MANUTENÇÃO

3.1. **Orçamento Próprio:** Serviços não cobertos pelo Custo Fixo Mensal serão apresentados em orçamento próprio para cada evento.

3.2. **Tipos de Serviços Eventuais:**

Reparos estruturais conforme manual do fabricante;

Manutenção em aviônicos;

Serviços de pintura e capotaria;

Cumprimento de diretrizes técnicas não cobertas pelo Apoio Operacional;

Grandes modificações e envio/coleta de componentes.

Brasília, 30 de abril de 2025.

Elaborado por:

LUIZ HENRIQUE COSTA DE MELO
Agente de Polícia Federal
CAOP/CGAP/DIREX/PF

JEFFERSON DOS SANTOS CRUZ
Agente Administrativo
CAOP/CGAP/DIREX/PF

Aprovo:

GUILHERME LOPES MADARENNA
Delegado de Polícia Federal
Coordenador de Aviação Operacional



Documento assinado eletronicamente por **JEFFERSON DOS SANTOS CRUZ**, Agente Administrativo(a), em 30/04/2025, às 15:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ HENRIQUE COSTA DE MELO**, Agente de Polícia Federal, em 30/04/2025, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GUILHERME LOPES MADDARENA**, Coordenador(a), em 30/04/2025, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=41057591&crc=9C66CBD8.
Código verificador: **41057591** e Código CRC: **9C66CBD8**.